

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**SABRINA LUTKE**

**REFLEXOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UM ASSENTAMENTO EM UMA  
ESCOLA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UM  
ESTUDO DE CASO**

**CHAPECÓ**

**2021**

**SABRINA LUTKE**

**REFLEXOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UM ASSENTAMENTO EM UMA  
ESCOLA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UM  
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Katia Aparecida Seganfredo

**CHAPECÓ**

**2021**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lutke, Sabrina

Reflexos da Gestão Democrática de um Assentamento em uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: um estudo de caso / Sabrina Lutke. -- 2021. 73 f.:il.

Orientador: Doutora Kátia Aparecida Seganfredo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Chapecô, SC, 2021.

1. MST. 2. gestão democrática. 3. instâncias de participação. 4. escola. I. Seganfredo, Kátia Aparecida, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**SABRINA LUTKE**

**REFLEXOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UM ASSENTAMENTO EM UMA  
ESCOLA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UM  
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katia Aparecida Seganfredo – UFFS  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Lorita Helena Campanholo Bordignon  
Secretaria Municipal de Santiago do Sul-SC  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Antônio Valmor de Campos – UFFS  
Avaliador

---

Prof. Dr. Fábio Pontarolo – UFFS  
Avaliador

Dedico este trabalho a todos os educadores e educadoras, que tentam, todos os dias, nas suas práticas cotidianas realizar a educação transformadora e emancipadora.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é Pai e Mãe por ser minha fortaleza.

Agradeço ao meu pai Marcelo Lutke e a minha mãe Lidia de Franceschi Lutke por me darem o dom da vida, por me apoiarem e sempre incentivarem os meus estudos, afinal “podem tirar tudo de ti, mas não conseguirão lhe tirar o conhecimento”.

Agradeço a minha irmã Laura Lutke que com suas palavras de incentivo e abraços acolhedores sempre foi o meu porto seguro e o meu maior motivo de orgulho.

Agradeço à todas as professoras e professores, desde a Educação Infantil até a Graduação que cuidaram, ensinaram e educaram a minha pessoa. Muito obrigada, vocês, com certeza, fazem diferença na vida de cada criança e jovem que tocam.

Agradeço a Pastoral da Juventude e os jovens que fazem dela a maior escola de formação de juventudes, meu enorme carinho e apreço por essa Pastoral que me acolheu e que me permitiu ver o mundo além do meu umbigo, seguimos juntos construindo a Civilização do Amor.

Quero agradecer a Ana Karla Alves que é a minha fonte de inspiração no outro mundo possível, no sonho, na utopia e na esperança.

Agradeço também, a minha amiga Beatriz Effting, que apesar da distância, dos encontros e dos desencontros sempre teve palavras de cuidado, afeto e incentivo.

De forma muito especial, agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul que é uma Universidade pública, popular e de muita qualidade a qual tenho orgulho de dizer que é o espaço que me forma e me transforma a cada dia.

Quero agradecer ao meu amigo Marcelo Wilian Costa, o principal responsável para que eu viesse a estudar na UFFS.

Agradeço também, a minha amiga de graduação e agora colega de profissão, Ileide Cristina Baú, a qual partilhei momentos de alegria, de tristeza, de estresse, de ansiedade e também o Estágio de Gestão, o qual muito me orgulha por aquilo que desenvolvemos.

Manifesto o meu carinho e afeto pelo meu grupo de base, de amigos e de militância: Maikelli Frare, Gabriela R. de Atayde, Cristiano M. Bianchi, Edinei Malagutti, Edivandro Frare, Keller Bresolin e Alisson Valcarenghi. Obrigada por serem comigo, vocês foram essenciais para que eu não voltasse para casa.

Agradeço ao meu amigo Angelo Fiori, que apesar das encrencas, é fundamental na minha vida.

Trago, novamente, meu amigo/companheiro Edivandro que partilha comigo do pão, do sonho e da utopia. Obrigada por me ensinar que picuinhas não valem a raiva e a vida, por ensinar que devemos gastar tempo com as grandes coisas da vida.

Quero, novamente, trazer o meu amigo Edinei, porque neste ano tem sido essencial para mim e porque foi a pessoa que me ajudou a transcrever as entrevistas, muito, muito obrigada.

Agradeço a Fabiane Cristina M. da Silva, pessoa que fez os primeiros contatos com o Assentamento e também me deu todo o apoio necessário.

Agradeço meus amigos de luta e de resistência, Mayara Stahler e Yuri Amaral, que nos últimos meses, quase que todas as noites nos reunimos para partilhar a vida e concretizar a luta.

Agradeço ao grupo do PIBID Antônio Morandini, em especial a Professora Ana Paula Antonello, que para além de ser um grupo de discussão e de aprendizado da docência é um grupo de acolhimento e de partilha de vida.

Quero agradecer, a Professora Iône Inês P. Slongo que ministrou os Componentes de TCC I e TCC II, que nos auxiliou com todo o seu conhecimento na área da pesquisa e que em muitos momentos, principalmente nesta reta final, foi o nosso suporte e não nos deixou desistir.

Agradeço, de todo o meu coração, a Professora Kátia Aparecida Seganfredo, em primeiro lugar por ter mudado de Campus, em segundo lugar por aceitar o desafio de ser Coordenadora do Curso de Pedagogia, com certeza, és muito competente e realiza um trabalho, que de fato, resolve os problemas dos estudantes. Em terceiro lugar, pelo aceite em ser minha orientadora, eu não tenho palavras para agradecer as inúmeras vezes que ela me atendeu, tanto por e-mail, por WhatsApp, por chamada de vídeo, de dia, de noite, enfim, Prof. Katia com certeza foi fundamental em todo esse processo. Obrigada, obrigada.

Por fim, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e ao Assentamento Conquista na Fronteira, nas pessoas da Dona Maria, do Pedrinho, do Markus, da Cládis, da Marinês e da Irma, obrigada por serem exemplo de muita luta e resistência, com certeza, a minha admiração pelo Movimento e pelo Assentamento só cresceram, muito, muito obrigada.

A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua (FREIRE, 2000, p. 29).

## RESUMO

O presente estudo, teve por objetivo, analisar os reflexos da gestão democrática do Assentamento Conquista na Fronteira nos processos de gestão da escola localizada no Assentamento. Configura-se, como uma pesquisa qualitativa, de estudo de caso, com pesquisa documental e de campo, utilizou-se como técnicas de pesquisa a observação, a análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Os principais conceitos e seus respectivos autores abordados na pesquisa são: Luta pela terra e o MST – GUTERRES e CROCETTI (2005), STÉDILE e FERNANDES (1999), FERNANDES (2012); Gestão democrática e escola – LIBÂNEO (2007), LÜCK (2009), PARO (2017); Gestão democrática e educação para o MST – MARTINS (2004), CALDART (2001); Organização coletiva no Assentamento Conquista na Fronteira – WEBER (2018), COOPERUNIÃO (2016). Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. Apontamos a concentração de terras/ propriedade privada como um dos principais fatores da desigualdade social e o MST como principal Movimento Social Brasileiro na luta pela terra, bem como a importância da educação para esse mesmo Movimento. Trouxemos, conceitos de gestão, gestão democrática, gestão democrática/participativa e de auto-gestão, compreendemos a importância de espaços democráticos e da participação ativa das pessoas nesses processos de gestão. Trouxemos a história do Assentamento Conquista na Fronteira, como também a organização coletiva e democrática e com isso reafirmamos a importância dessa iniciativa coletiva num país capitalista. No quarto e último capítulo apresentamos a história da Escola Construindo o Caminho, as instâncias democráticas que já existiram e as que ainda existem na Escola. A partir disso, evidenciou-se que a gestão da Escola Construindo o Caminho já teve, de forma integral, reflexos da gestão democrática do Assentamento Conquista na Fronteira, no entanto, hoje, por conta dos inúmeros ataques na proposta pedagógica e na autonomia da escola como um todo, ela não apresenta na sua integralidade reflexos da gestão do Assentamento, porém, ainda é possível considerá-la como uma Escola revolucionária, que tenta manter instâncias democráticas na gestão da escola.

Palavras-chave: MST; gestão democrática; instâncias de participação; escola.

## ABSTRACTO

Este estudio tuvo como objetivo analizar las consecuencias de la gestión democrática del Asentamiento Conquista en la Frontera en los procesos de gestión de la escuela ubicada en el Asentamiento. Se configura como una investigación cualitativa, estudio de caso, con investigación documental y de campo, utilizando la observación, el análisis documental y las entrevistas semi-estructuradas como técnicas de investigación. Los principales conceptos y sus respectivos autores abordados en la investigación son: Lucha por la tierra y el MST - GUTERRES y CROCETTI (2005), STÉDILE y FERNANDES (1999), FERNANDES (2012); Escuela y gestión democrática - LIBÂNEO (2007), LÜCK (2009), PARO (2017); Gestión democrática y educación para el MST - MARTINS (2004), CALDART (2001); Organización colectiva en el Asentamiento Conquista en la Frontera - WEBER (2018), COOPERUNIÃO (2016). Para el análisis de los datos se utilizó la metodología de análisis de contenido. Señalamos la concentración de la tierra / propiedad privada como uno de los principales factores de desigualdad social y el MST como el principal Movimiento Social Brasileño en la lucha por la tierra, así como la importancia de la educación para este mismo Movimiento. Trajimos conceptos de gestión, gestión democrática, gestión democrática / participativa y autogestión, entendemos la importancia de los espacios democráticos y la participación activa de las personas en estos procesos de gestión. Trajimos la historia del Asentamiento Conquista en la Frontera, así como la organización colectiva y democrática y con eso reafirmamos la importancia de esta iniciativa colectiva en un país capitalista. En el cuarto y último capítulo presentamos la historia de la Escuela Construyendo el Camino, las instancias democráticas que ya existían y las que aún existen en la Escuela. A partir de esto, se hizo evidente que la gestión de la Escuela Construyendo el Camino ya tenía, de manera integral, reflejos de la gestión democrática del Asentamiento Conquista en Frontera, sin embargo, hoy, debido a los numerosos ataques a la propuesta pedagógica y a la autonomía de la escuela en su conjunto, no presenta en su totalidad reflejos de la gestión del Asentamiento, sin embargo, aún es posible considerarla como una Escuela revolucionaria, que intenta mantener instancias democráticas en la gestión de la escuela.

Palabras llave: MST; Gestión democrática; instancias de participación; colegio.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Município de Dionísio Cerqueira .....	34
Figura 2 – Estrutura organizativa da COOPERUNIÃO.....	39
Figura 3 – Fachada do Setor de Saúde .....	42
Figura 4 – Horto Medicinal .....	42
Figura 5 – Homeopáticas e Produtos Naturais .....	43
Figura 6 – Horta.....	44
Figura 7 – Viveiro .....	45
Figura 8 – Vacas de leite na ordenha.....	45
Figura 9 – Parte da fachada da Escola Construindo o Caminho .....	47
Figura 10 – Estrutura Organizativa da Cooperativa Construindo o Caminho.....	51
Figura 11 – Sala de aula da Escola Construindo o Caminho.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PJ	Pastoral da Juventude
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CF	Constituição Federal
APP	Associação de Pais e Professores
COOPERUNIÃO	Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O MST.....</b>	<b>19</b>
3.1	O MST E A EDUCAÇÃO .....	25
3.2	GESTÃO DEMOCRÁTICA E O MST .....	29
<b>4</b>	<b>ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA .....</b>	<b>34</b>
4.1	ORGANICIDADE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA...	38
<b>5</b>	<b>ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO .....</b>	<b>47</b>
5.1	INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO.....	51
<b>5.1.1</b>	<b>Cooperativa Construindo o Caminho .....</b>	<b>51</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Comissão de Educação.....</b>	<b>53</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Relação família/aluno x escola .....</b>	<b>55</b>
<b>5.1.4</b>	<b>Organização Curricular/ Planejamento.....</b>	<b>57</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas .....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A admiração e o interesse pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tiveram início, com mais intensidade em 2017, quando participei, via Pastoral da Juventude (PJ) do Projeto de Extensão Letras e Lutas<sup>1</sup> da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O Projeto possibilitou conhecer diferentes pessoas, de diferentes lugares do Estado e de diferentes pastorais, movimentos sociais e afins. Naquele momento, houve o primeiro contato de perto com pessoas do Movimento sem Terra. Fico fascinada e admirada com tamanha capacidade intelectual, de luta e de resistência dessas pessoas. Elas eram e são exemplos de muita luta e conhecimento.

Na época, cursava Pedagogia em outra Universidade, numa cidade vizinha a minha cidade natal, Joinville. Com o passar do Projeto e do Curso de Pedagogia, e com aquilo que vinha construindo desde o Ensino Médio, a inquietação e a angústia em relação ao que era passado na faculdade – uma formação voltada para a elite – se tornava cada vez mais presente. Por conta disso, na metade do ano de 2017, resolvi fazer a inscrição no processo de transferência externa para o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó.

No decorrer dos semestres, dos componentes curriculares, das vivências na Universidade, na PJ e nos movimentos em geral, constituía-me enquanto futura docente, algumas certezas foram deixadas para trás, outras, reforçadas. A certeza principal é a temática geral deste trabalho de pesquisa: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Feita a escolha da temática geral do trabalho de pesquisa, chegamos, então, a temática: Gestão democrática de um Assentamento e uma Escola do MST. Mas, por que gestão democrática? Por que uma Escola do MST? Por que um Assentamento do MST?

A escolha pela gestão democrática se dá em face de que durante a graduação, os Componentes Curriculares relacionados a gestão foram muito significativos e proveitosos, em especial o Estágio de Gestão, onde houve uma maior aproximação pelos processos de gestão que regem as escolas e a sociedade no geral, possibilitando, o interesse por este campo de pesquisa. A escolha de um Assentamento e de uma Escola do MST, se deve ao fato da união entre a temática geral desse trabalho de pesquisa, o interesse pela gestão democrática e porque a escola é um dos objetos de estudo principal da Pedagogia, agora, cabe nos perguntar: qual é esta Escola? Qual é este Assentamento?

---

<sup>1</sup> O projeto tinha como objetivo contribuir na formação de lideranças jovens advindas de todo o Estado de Santa Catarina para atuarem nos seus locais de vivência.

A unidade escolar escolhida é a Escola Municipal Construindo o Caminho, localizada no Assentamento Conquista na Fronteira, no Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. A escolha por esse espaço de pesquisa decorre das experiências vivenciadas durante o Letras e Lutas, nas vivências em geral e pelas pessoas pelas quais convivi, onde esse Assentamento foi sempre muito citado como uma experiência revolucionária para o MST e para a sociedade em geral.

No mês de fevereiro deste ano, fui até o Assentamento para conhecer e delimitar o problema de pesquisa. Lá, dois pontos chamaram atenção: a gestão democrática/organização coletiva e a frase “os alunos que estudam na Escola Construindo o Caminho se destacam lá fora”, dita por um assentado. Inicialmente, tínhamos a intenção de pesquisar estes dois pontos que chamaram atenção, no entanto, nesta pesquisa estudamos apenas a gestão do Assentamento e da Escola. A partir disso, elaboramos a seguinte problemática: A gestão democrática do Assentamento Conquista na Fronteira reflete na gestão da Escola Construindo o Caminho?

Desta forma, o objetivo dessa pesquisa é analisar os reflexos da gestão democrática do Assentamento nos processos de gestão da escola pertencente a mesma. Para responder essas questões, a pesquisa se organiza em cinco objetivos específicos:

1. Compreender a luta pela terra e o surgimento do MST.
2. Conceituar a gestão democrática.
3. Apresentar a importância da gestão democrática no processo educacional do MST.
4. Descrever a história e a organização do Assentamento Conquista na Fronteira e da Escola Construindo o Caminho.
5. Analisar se a organização coletiva do Assentamento Conquista na Fronteira reflete na organização da Escola Construindo o Caminho.

Diante disso, os principais conceitos e seus respectivos autores abordados na pesquisa são: Luta pela terra e o MST – GUTERRES e CROCETTI (2005), STÉDILE e FERNANDES (1999), FERNANDES (2012); Gestão democrática e escola – LIBÂNEO (2007), LÜCK (2009), PARO (2017); Gestão democrática e educação para o MST – MARTINS (2004), CALDART (2001); Organização coletiva no Assentamento Conquista na Fronteira – WEBER (2018), COOPERUNIÃO (2016).

Acreditamos que em tempos tão sombrios, de negacionismo e de instabilidade democrática como agora, pesquisar a experiência de uma Escola e de um Movimento que vem na contramão do sistema capitalista é no mínimo, um ato de muita coragem e resistência. Por isso, é que consideramos que esse trabalho pode colaborar nas discussões sobre gestão democrática e organização coletiva; contribuir na discussão de experiências exitosas na área da

gestão democrática, a fim de mostrar à sociedade e aos governantes, que experiências democráticas dentro das escolas e na organização das sociedades é possível e dá certo e que por isso devemos preservar e manter estas escolas ativas, no caso, em específico, uma escola municipal, no campo e do campo.

## 2 METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que como aponta Minayo (2001, p. 06-07 “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” diferenciando-se assim da pesquisa quantitativa que tem em seu objetivo apresentar e analisar dados numéricos para tecer questionamentos acerca da temática.

A pesquisa “[...] se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo” (SEVERINO, 2013, p. 105). Consideramos este estudo de caso representativo, porque acreditamos que assim como o Assentamento Conquista na Fronteira, que tem uma gestão democrática, a escola que lá existe também consegue incorporar essa dimensão democrática/coletiva na gestão.

A pesquisa caracteriza-se como documental, que por vezes pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica, no entanto, como colocado por Gil:

[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51)

Logo, nos valem de estudo teórico, a partir dos trabalhos e pesquisas já realizadas acerca da temática; da análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e o Regimento Interno do Assentamento Conquista na Fronteira; e pelas análises desenvolvidas a partir da pesquisa de campo, em que realizamos observações e entrevistas.

A pesquisa de campo desenvolvida para a elaboração deste trabalho, é caracterizada por Minayo (2001 apud MINAYO, 1992, p. 20) “[...] como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Deste modo, como já mencionamos, o campo de estudo desse trabalho é o Assentamento Conquista na Fronteira e a Escola Construindo o Caminho.

Assim, utilizamos como técnicas de pesquisa, a análise de documentos, que “é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador” (SEVERINO, 2013, p. 108), a observação, que se caracteriza pela “[...] coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de

determinados aspectos da realidade” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 88) e a entrevista que é “[...] uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 92).

São entrevistas semiestruturadas, que se caracterizam por reunir questões estruturadas e não estruturadas (MINAYO, 2001, p. 22), desse modo, elaboramos perguntas que foram organizadas anterior a entrevista e outras que surgiram no decorrer das mesmas. Os participantes foram convidados e selecionados a participar da pesquisa, a partir de uma conversa com os representantes do Conselho Social e Político do Assentamento, estes ficaram responsáveis por repassar nomes e contatos das pessoas que pudessem vir a contribuir com esta pesquisa.

Por tratar-se de entrevistas, essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul, sendo aprovada e obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 49951221.4.0000.5564. Entrevistamos quatro pessoas: dois moradores do Assentamento, denominados de Entrevistado 1 e 2, que relataram aspectos sobre a história e a organização coletiva/gestão democrática do Assentamento; uma professora da Escola Construindo o Caminho, que também mora no Assentamento, que nos informou acerca da organização/gestão da Escola, denominada de Entrevistada 3; e uma ex-aluna da Escola Construindo o Caminho que teceu suas impressões sobre a gestão da escola enquanto foi aluna na instituição de ensino, denominada de Entrevistada 4.

A coleta de dados realizou-se de forma presencial, no Assentamento Conquista na Fronteira, no período de 12 de agosto de 2021 a 14 de agosto de 2021. É importante ressaltar que as entrevistas, observações e análise de documentos aconteceram de forma que respeitasse todos os protocolos determinados pela Administração Pública Estadual e Municipal<sup>2</sup> no intuito de amenizar os impactos da Pandemia do COVID-19, como o uso de máscaras PFF2, álcool em gel 70% e distanciamento adequado entre as pessoas.

Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, para isso, elencamos quatro categorias de análise: organização da escola; instâncias de discussões; participação/papel dos pais; participação das crianças. Essas categorias foram determinadas a partir do objetivo geral da pesquisa, que é analisar os reflexos da gestão democrática do Assentamento nos processos de gestão da escola pertencente a mesma. Como escrito por Severino (2013, p. 105) a análise de conteúdo “trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações”. Desta forma, a partir das categorias descritas

---

<sup>2</sup> A Administração Pública em âmbito Nacional não foi citada porque foi irresponsável e negligente em ações de combate a Pandemia do COVID-19.

acima e nutridas dos referenciais teóricos que discutem questões da importância da história de um lugar, de gestão democrática, processos de gestão, é que fizemos a análise se a organização do assentamento reflete na organização da escola.

O presente trabalho está organizado em quatro momentos: no primeiro capítulo, intitulado “*Luta pela terra no Brasil e o MST*” trazemos questões que permeiam a luta pela terra e as interfaces com o MST, a importância da educação e da escola para o MST, concepções de gestão, de gestão democrática, gestão democrática/participativa e auto-gestão e uma discussão acerca da gestão democrática nos Assentamentos e Escolas do MST; no segundo capítulo, intitulado “*Assentamento Conquista na Fronteira*”, contamos de forma breve a história do Assentamento e descrevemos a organização da gestão democrática do Assentamento Conquista na Fronteira; No terceiro e último capítulo, intitulado “*Escola Construindo o Caminho*” contamos a história da escola, descrevemos sua organização e por fim, analisamos se a organização do Assentamento reflete ou não na organização da Escola.

### 3 LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O MST

Acreditamos que não se pode falar em Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra sem mencionar a razão pela qual o Movimento existe: a luta pela terra e sua democratização. A luta por terra é decorrente da questão da propriedade privada, que faz da terra não mais um bem da natureza e comum a todos, mas a torna acessível somente aqueles que a tem, ou seja, a quem pode comprar. A propriedade privada se desenvolveu “[...] na Europa principalmente a partir dos séculos XIV e XV, num período de transição do feudalismo para o capitalismo, em que há a quebra de vínculos do homem com a terra” (GUTERRES; CROCETTI, 2005, p. 02). Podemos dizer, então, que a propriedade privada nasceu no mesmo período em que surgiu o capitalismo, a partir de então, a terra, as relações com ela estabelecidas tornaram-se mercadoria, visando o lucro, com isso os problemas sociais começaram a se acentuar.

No Brasil, a implantação da propriedade privada passou a acontecer quando os portugueses “descobriram” o país, ignorando a existência de indígenas que já habitavam estas terras e começando a apossar-se desse que era um bem comum: a terra. A forma com que os portugueses encontraram para legitimar o seu poder de descobrimento e de posse do país, para além de tratar os indígenas como inexistentes, inumanos, foi por meio das Capitânicas Hereditárias<sup>3</sup>, pela concessão de Sesmarias<sup>4</sup> e mais tarde pela Lei de Terras<sup>5</sup>, que a terra no Brasil se tornou propriedade privada.

A terra, um direito de todos e um bem da natureza, quando se torna propriedade de alguém e um lugar que precisa gerar dinheiro, passa a ser um direito de poucos e não mais um bem da natureza, quando poucos têm acesso a ela, significa que muitos não terão onde morar, comer e trabalhar, aqui é onde encontram-se os grandes problemas da propriedade privada e do capitalismo. Como colocado por Guterres e Crocetti:

Na medida em que o acesso é limitado pelo valor, preço, a apropriação da terra se tornava inviável pelas camadas mais pobres da sociedade capitalista. O que suscita uma crise entre os que se beneficiam e os que não se beneficiam com as utilidades econômicas retiradas da propriedade. (GUTERRES; CROCETTI, 2005, p. 04)

---

<sup>3</sup> Processo “[...] pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que quase sempre eram membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa. Em troca de favores e tributos eles concediam essas concessões [...]” (STÉDILE, 1994, p. 9 apud MARTINS, 2004, p.48).

<sup>4</sup> Foi uma Lei, de 1375, elaborada pela Coroa portuguesa que destinava terras para pessoas que quisessem fazer lavouras.

<sup>5</sup> Foi uma Lei, instituída em 1850, que previa regulamentar a propriedade privada no Brasil.

A terra, tornando-se propriedade privada, tornou-se um negócio, um acúmulo de capital, isso significa que o acesso à terra só é possível por aqueles que detém o capital, portanto, as populações à margem da sociedade não conseguem acessá-la, porque são explorados pelos donos do capital.

Cabe dizer que não é somente o acesso à terra, mas a permanência nela, as relações capitalistas que começaram a se configurar de forma desenfreada exigem o lucro a qualquer forma e a qualquer custo. Quem detém o capital, compra máquinas, insumos e conseqüentemente consegue produzir mais em menor tempo e vender a um preço melhor que o camponês descapitalizado, pois este tem dificuldade de acesso a créditos, a investimentos na propriedade, dificuldade em agregar valor à sua produção, dificultando a permanência do pequeno produtor no campo. Como muito bem escreve Rousseau:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: ‘isso é meu’, e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, mortes, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: Fugi às palavras deste impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos pertencem a todos, e que a terra não é de ninguém (ROUSSEAU, 1989, p. 84, apud MOURA 2019, p.180)

É nesta perspectiva, de concepção coletiva da terra que nasce o MST, como um sinal de resistência a propriedade privada, com a intenção de democratizar o acesso à terra, ou seja, de construir reforma agrária. Sobre reforma agrária, o Estatuto da Terra de 1964, no seu Artigo 1º, Capítulo 1º, a define como “[...] o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964). Ainda segundo o Estatuto da Terra, no Artigo 2º, Parágrafo 1º, a função social da terra só é cumprida quando:

[...] a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (BRASIL, 1964)

A Constituição Federal (CF) de 1988, no seu Artigo 186, reforça o que diz no Estatuto da Terra e acrescenta que a função social da terra só é cumprida quando a propriedade rural atende ao:

[...] I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições

que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Assim, poderíamos dizer que nenhuma pessoa ficaria sem terra, conseqüentemente sem trabalho e com fome, no entanto, a Lei, muitas vezes não passa de um papel com dizeres bonitos e que na prática não é aplicada, a exemplo disso temos a própria questão da reforma agrária, que é Lei, instituída, mas que não se tem um parâmetro atualizado do que é uma terra que cumpre sua função social ou não. Nesse sentido, é que os Movimentos de luta pela terra, aqui, em especial o MST, se fazem presentes e são tão importantes na garantia da distribuição de terra a todos. É importante dizer que o MST não nasceu como um movimento isolado ou do dia para noite, mas, que inclusive se forjou nas lutas dos indígenas, quando os portugueses começaram a apossar-se das terras indígenas:

A semente para o surgimento do MST talvez já existisse quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021)

Há que se considerar, também, a atuação social da Igreja Católica a partir da década de 1960 – que vivenciava um momento de grandes transformações no sentido de que rumo, para que/quem serve e qual o papel da Igreja – nas lutas do povo. Sobre isso, o Concílio Vaticano II foi o grande marco das transformações da Igreja, que decidiu que ela deveria passar a dialogar com as questões da sociedade, com isso, deveriam assumir as lutas e os anseios do povo. No Brasil, a maior questão na época era a questão agrária, então, padres, religiosos e religiosas, agentes de pastoral, assumindo as decisões e orientações da Igreja, passaram a comprometer-se com as lutas populares e com a defesa da reforma agrária.

Os militantes do MST eram, em sua maioria, lideranças de comunidades, participantes de grupos de jovens, de grupos de leitura popular da Bíblia, ministros, enfim. Então, é por meio dessas pessoas, inseridas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)<sup>6</sup>, na Comissão Pastoral

---

<sup>6</sup> As Comunidades Eclesiais de Base são grupos de pessoas que se reúnem para pensar, discutir, refletir e promover ações e mudanças no âmbito da Igreja Católica e da sociedade a partir da leitura popular da Bíblia.

da Terra (CPT), que assumiram a Teologia da Libertação<sup>7</sup> como práxis da vida, que a Igreja teve papel fundamental no nascimento e na defesa do MST.

Segundo Fernandes<sup>8</sup>, Stédile e Fernandes<sup>9</sup>, Caldart<sup>10</sup> há três momentos de grande importância na história do MST, que são: a gestação/gênese e o nascimento, a territorialização e a consolidação do MST. O período denominado de gestação/gênese do MST, segundo Stédile e Fernandes é “[...] determinada por vários fatores. O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 15). Ou seja, o avanço da política capitalista e agrícola que se instaurou no país naquele período, que visava as produções em grandes escalas, em monoculturas e na modernização do campo, produziu a expulsão do pequeno agricultor de suas propriedades. Este, sem dinheiro e sem ajuda de políticas para se manterem, acabou por ter de deixar suas terras e trabalhar na cidade.

O segundo fator determinante para o surgimento do MST, ainda para Stédile e Fernandes (1999) é a questão ideológica, decorrente principalmente como já exposto anteriormente da presença da Igreja Católica, por meio da CPT, e da Igreja Luterana. A Igreja, então, teve papel fundamental no pensar, no como fazer, no como organizar a luta na defesa da reforma agrária.

Ainda, em conformidade com Stédile e Fernandes (1999), o terceiro ponto determinante foi a situação política que o Brasil vivenciava na época, que era o processo de democratização do país, pós ditadura militar, o país vivia um momento em que a sociedade como um todo lutava pela redemocratização do país, pela derrubada do neoliberalismo, assim, encontraram na luta pela reforma agrária um ponto de convergência para a construção de um projeto de país democrático e popular. Dessa forma, o período de gestação/gênese, corresponde ao momento de motivação na luta pela defesa da reforma agrária. Animados pelos determinantes apontados anteriormente, o povo decide, então, pela ocupação de terras. Segundo Fernandes:

O movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. [...] Durante as negociações, os colonos foram recebidos pelo Governador do Estado e foi quando um colono perguntou o que o governo faria, se eles ocupassem a terra. Numa atitude demagógica, o governador

---

<sup>7</sup> A Teologia da Libertação é um modo de pensar a fé, que surgiu a partir da realidade Latino Americana e busca fazer a ligação entre a fé e a vida do povo.

<sup>8</sup> (2000, apud MARTINS, 2004, p. 53).

<sup>9</sup> (2001, apud MARTINS, 2004, p. 53).

<sup>10</sup> (2000, apud MARTINS, 2004, p. 53).

respondeu que iria junto para ocupação. (FERNANDES, 2000, p. 52, apud MARTINS, 2004, p. 54)

Vele ressaltar que a gleba Macali, foi um movimento importante para a gestação do MST, mas, como colocado por Stédile e Fernandes (1999) não foi a luta toda, foi importante, sim, mas, para além desse fato, ocorreram na época outras significativas ocupações que também são marcos relevantes no processo de gestação do MST. Como prova disso é o que escreve Stédile e Fernandes:

[...] Consideramos, porém, janeiro de 1984 a data de fundação do MST, quando se formalizou como um movimento nacional. De 21 a 24 de janeiro daquele ano, na cidade de Cascavel (PR), realizamos o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados. Definimos, nessa ocasião, os princípios, quais as formas de organização, nossas reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento. Já estavam presentes algumas ideias fortes de nossa organização. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 44 - 45)

Acontecido a gênese/gestação e o nascimento do movimento, chegou então o momento denominado de territorialização, ela corresponde a conquista da terra, isso só é possível se a terra for ocupada, como colocado por Fernandes “a ocupação é a condição da territorialização” (FERNANDES, 2012, p. 28), então, só existiu a possibilidade do MST se territorializar, porque houve pessoas que se dispuseram a lutar pela terra, a ocupar terrenos improdutivos, a acampar-se nesses lugares em defesa da luta pela reforma agrária.

O MST se territorializa quando os acampamentos se tornam assentamentos. Esses processos de acampamento/ocupação, assentamento e territorialização aconteceram simultaneamente em várias regiões do país:

No primeiro período de sua história, o MST organizou-se em estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O Primeiro Congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Iniciava-se assim o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Desde então o Movimento começou a se organizar nas regiões Nordeste e Amazônia. Nesse período, o MST organizou-se em 12 estados. (FERNANDES, 2012, p. 27 - 28)

Importante ressaltar, que o MST desde seu princípio, organiza-se<sup>11</sup> a partir de diretórios, de coordenações, de setores, ou seja, sempre tem alguém responsável por alguma coisa, esta é a forma que o Movimento encontra para discutir, debater, organizar as lutas, os movimentos. Importante dizer que a forma de se organizar pode mudar de uma região para outra e ao longo do tempo da construção do próprio Movimento.

---

<sup>11</sup> Para entender melhor a organização do MST, recomendamos a leitura de (FERNANDES, 2012, p. 24 - 26).

A territorialização é também a continuidade da luta, ela não termina na conquista da terra. Caso o MST fosse um movimento que ao conquistar a terra, a luta estivesse vencida, o Movimento terminaria ali, na conquista da terra, de um latifúndio, no entanto, o Movimento continua. Uma parcela de trabalhadores que conquistam suas terras vai em busca de outros trabalhadores para fazerem novas ocupações e assim se segue. Esse momento também é marcado pelo não abandono dos trabalhadores que conquistam suas terras, pois o Movimento se preocupa com as questões pertinentes a garantia de direitos das pessoas, como a questão relacionada a saúde, a educação, ao esporte, ao lazer, a infraestrutura, a produção de alimentos saudáveis. Enfim, o Movimento tem uma intensa preocupação e trabalho em torno de todas as questões que envolvem a vida cotidiana das pessoas. A territorialização acontece constantemente, a cada nova ocupação/acampamento, a cada novo assentamento.

O período denominado de consolidação corresponde ao tempo em que o Movimento se constrói nacionalmente. A consolidação ocorre simultaneamente com a territorialização, a partir do momento em que o Movimento vai ocupando terras improdutivas que se tornam assentamentos. A exemplo da grandeza e da importância do MST, o Movimento tem “160 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações e 400 mil famílias assentadas” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021).

O MST se tornou um Movimento Nacional a partir da sua organização que está sempre em busca de novas pessoas, de novos territórios, de forma breve, isso se constrói porque ele se organiza em instâncias organizativas, por exemplo, existem os grupos de famílias dos assentamentos, que são grupos que se reúnem por proximidade territorial para discutir questões pertinentes a vida cotidiana do Movimento, do assentamento, depois, existem as coordenações do assentamento, as coordenações regionais, estaduais e nacional. A intenção não é, de se aprofundar na compreensão da organização do Movimento, mas de afirmar que só se constrói um Movimento Nacional, se ele for organizado, com instâncias deliberativas, consultivas e propositivas, que ouve e constrói desde a base do Movimento – com os acampados e assentados – até as suas instâncias nacionais.

Neste capítulo, buscamos compreender aspectos da propriedade privada, especialmente no Brasil, que tem na sua estrutura agrária a concentração de terras, um dos fatores da desigualdade social. A partir disso, abordamos a história do MST, que se destaca como principal Movimento Social Brasileiro na luta pela terra, por direitos e condições de vida digna. No subcapítulo que se segue, abordamos a questão da educação para o MST, a importância da educação e da escola para o Movimento.

### 3.1 O MST E A EDUCAÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra tem como uma de suas ações principais – para além da luta pela reforma agrária – a luta por uma educação para todos e todas. Essa opção pela educação, esteve presente desde o início do Movimento. Já nos primeiros acampamentos, estava presente a preocupação de que os filhos e filhas dos acampados pudessem ter o seu direito a educação garantido. Essa luta, em princípio, acontecia em torno da reivindicação de se ter escolas públicas fundamentais de ensino dentro dos acampamentos e assentamentos.

Com o passar dos tempos, das formas de se pensar e fazer o Movimento, a luta pela educação foi se intensificando e “[...] as demandas foram ampliando essa noção de direito e o Movimento passou a lutar por outros níveis e modalidades educativas, tais como: educação de jovens e adultos, ensino médio, educação infantil e educação universitária” (ARAÚJO, 2007, p. 165).

Dessa forma, as lutas e as demandas em torno da educação foram se alargando e trouxeram com isso, a necessidade de as pessoas inseridas no MST terem elementos palpáveis e significativos que pudessem de fato fazer concretizar-se a luta pela educação. Talvez, aqui seja o momento de dizer – caso ainda não se tenha deixado explícito – que a educação, para o MST não acontece apenas na escola, ou a luta seja apenas por se ter escolas.

A educação, a luta pela educação, para o MST, é o direito de as crianças e jovens terem acesso à escola; terem direito a uma escola de qualidade; é a luta pela garantia da permanência na escola dessas crianças e jovens; é a luta para que a escola situe-se na comunidade, ou perto de onde essas crianças e jovens habitam e por fim, e, talvez, mais importante, é afirmar e reafirmar que a educação das crianças, dos jovens e dos adultos acontece principalmente na vida cotidiana, nas relações que se estabelecem com o eu e com o outro, com os objetos e com tudo que os cerca.

Retornando, então, para a necessidade de se ter elementos palpáveis e significativos para concretizar a luta pela educação, queremos afirmar, que só se luta por aquilo que se acredita, mas que só é possível efetivar esta luta se temos firmeza, clareza e propriedade para defendê-la, isso, só é possível adquirir a partir do próprio estudo. Isso não significa excluir as relações que estabelecemos com os outros e com os objetos, afinal, toda a relação é educativa, mas, significa afirmar a importância que se deve dar para encontros de estudo, para a experiência de

peessoas mais velhas, para conhecimentos que vamos adquirindo no fazer da vida. Esta concepção, é um elemento importante e uma prática recorrente no MST.

Sobre a importância da educação para o MST, Caldart, coloca que “[...] Sem Terra que honre este nome é o que se sabe com direito e dever de estudar, exatamente porque sem compreender a realidade não é possível transformá-la, e tanto mais quando ela se apresenta de forma tão complexa como agora” (CALDART, 2001, p. 220).

Antes de voltarmos a luta pela educação/escola formal, vamos tecer mais algumas considerações acerca do que o MST acredita enquanto educação. Para Caldart:

Podemos compreender o processo histórico de formação dos sem-terra do MST como constituidor de uma determinada matriz pedagógica, ou a materialização de um modo de produção da formação humana que tem o movimento como princípio educativo, a luta social como base conformadora deste movimento educativo, e a pedagogia da história como cimento principal que vai interligando as diversas dimensões deste movimento. (CALDART, 2001, p. 217)

Portanto, o processo de formação dos sem-terra se faz e se refaz na ação educativa do próprio movimento, essa ação baseia-se numa formação humana e que a partir dela consegue produzir na pessoa o desejo de transformar o meio em que vive, essa pedagogia, então, é baseada na memória da história do movimento e das pessoas. Como colocado por Silva e Teixeira:

As mobilizações, os enfrentamentos, são elementos que contribuem para o avanço da consciência, para uma compreensão mais avançada da realidade e principalmente desperta o desejo de mudança, esses elementos são fundamentais no processo de formação da classe trabalhadora. (SILVA; TEIXEIRA, 2012, p. 16)

Assim, os processos educativos, acontecem no MST a partir do estudo das pautas que depois se tornarão as lutas concretas: pela educação, por terra, pela reforma agrária, por comida de qualidade; situações que acontecem na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras: na troca de saberes sobre a lida diária (na forma de trabalhar com as plantas, com os animais); nas músicas produzidas pelos Sem Terra: onde é feito o resgate histórico do Movimento e conseqüentemente dos lutadores e lutadoras que se foram, onde se traz as ferramentas utilizadas pelos trabalhadores do campo (como a enxada, a foice, a terra, as sementes, entre outros elementos), músicas que retratam a história e a vida dos trabalhadores; e como colocado na citação anterior, nas mobilizações e enfrentamentos que ocorrem a partir de marchas, de caminhadas, de atos afim de cobrar do poder público a garantia e a execução dos direitos instituídos nas Leis.

Dessa forma, a educação, o aprendizado para o MST, acontecem muito antes da inserção das crianças em escolas formais e continua acontecendo no fazer da vida, mesmo depois de inseridos nas escolas.

Voltando para a questão da educação formal, com as demandas desse campo que foram se ampliando, o Movimento viu a necessidade de criar uma instância de organização exclusiva para a área da educação dentro do Movimento, com isso:

[...] em 1987, o MST, criou um setor específico, o Setor da Educação, com a finalidade de produzir uma série de materiais e promover cursos de formação para subsidiar os educadores do movimento. Esse setor também tem como objetivo garantir o processo de escolarização e, principalmente, possibilitar a formação de sujeitos capazes de compreender a sociedade e contribuir com sua transformação. (BALDI; ORSO, 2013, p. 280)

Esse setor, geralmente, é formado pelos professores que atuam nas escolas do MST e por alguns acampados e assentados. A escolha pelas pessoas que formarão este grupo, acontece pela indicação dos próprios acampados e assentados lá nos Núcleos de Base, depois, se essas pessoas aceitarem o desafio de participar desse setor, os nomes vão para assembleia para serem aprovados ou não.

Os sujeitos que compõe o Setor de Educação são responsáveis por pensar a educação desde as crianças bem pequenas até a educação superior, isso inclui o acompanhamento dessas crianças/jovens na escola/universidade; a elaboração de propostas e de conteúdos que a comunidade julga pertinente os alunos estudarem; o diálogo entre alunos, professores, pais/responsáveis e comunidade; a garantia do direito a educação das crianças e jovens, entre outras ações.

O MST, o Setor de Educação, a partir das experiências cotidianas das escolas dos acampamentos/assentamentos foi elaborando um modelo de educação, uma Pedagogia<sup>12</sup> própria do Movimento.

Em agosto de 1992, o Setor de Educação, publicou o Boletim de Educação N° 01, que é um documento inicial sobre a proposta de educação do MST, nele estão presentes dez pontos que o Movimento considerava importante para construir as escolas que almejavam, ele tinha a intenção de auxiliar na reflexão e trazer sugestões concretas acerca de como organizar o cotidiano desse novo modelo de educação/de escola.

---

<sup>12</sup> Existem vários documentos, materiais elaborados pelo MST, pelo Setor de Educação sobre a educação no Movimento. Alguns desses documentos podem ser acessados no link: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>.

A partir das experiências, das reflexões e do amadurecimento acerca do modelo de educação que queriam seguir, no ano de 1996, este Boletim foi reescrito e tornou-se o Caderno de Educação Nº 08. Queremos destacar aqui os princípios pedagógicos que norteiam a educação no MST:

1) Relação entre prática e teoria; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12) Atitudes e habilidades de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 1996, p. 24)

Talvez, o que mais diferencia as escolas do MST para as escolas padrão<sup>13</sup> é que o modelo educativo proposto pelo MST é uma educação/uma escola que pensa seus conteúdos, suas formas de se organizar a partir da realidade das crianças e dos jovens, ou seja, vai trazer para a escola conteúdos/temas que fazem parte da vida cotidiana dessas crianças e desses jovens.

Outra questão importante para esta pesquisa é a que trata da gestão democrática e a auto-organização dos estudantes, modo de organizar a educação presente no MST e que será discutido de forma mais detalhada no subcapítulo a seguir. Importante destacar que o modelo educativo do MST é inspirado nos “pensadores russos, como Makarenko e Krupskaya, Pistrak, Leontiev e Lênin e cubanos como José Martí” (MARTINS, 2004, p. 62) e, principalmente no grande educador brasileiro, Paulo Freire.

Segundo dados do site do MST, o Movimento tem:

[...] mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos; 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida; 50 mil adultos alfabetizados; 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores; + de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021)

A partir das considerações feitas e dos dados trazidos acima, é possível perceber o quão importante é a educação para o Movimento. No MST, a luta por educação de qualidade é tão importante quanto a luta por reforma agrária e elas não acontecem separadas umas das outras.

Discutimos neste subcapítulo a importância que tem a educação para o MST, seja a educação informal – aquela que acontece no fazer cotidiano da vida – ou a educação formal: a

---

<sup>13</sup> São as escolas que seguem uma matriz curricular que não leva em conta as vivências e experiências pessoais e comunitárias dos alunos.

luta por escolas de qualidade, por escolas no espaço onde situa-se o Movimento – o campo –, a luta pela permanência das crianças e dos jovens na escola, enfim, tudo aquilo que envolve a educação como um todo. No subcapítulo a seguir, trazemos algumas concepções de gestão democrática e participativa, conceitos balizadores neste estudo.

### 3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E O MST

Visto que a temática geral desta pesquisa é a gestão de uma escola, consideramos importante trazer algumas concepções acerca de gestão, de gestão democrática e participativa, de auto-gestão, e as concepções de gestão que acontecem nos Assentamentos e nas Escolas do MST. A intenção é conceituar a gestão democrática e apresentar a importância da gestão democrática no processo educacional do MST.

Vimos no item anterior que um dos princípios pedagógicos do MST é a gestão democrática e a auto-organização dos estudantes. Mas, cabe nos perguntar: o que é gestão? O que é gestão escolar? O que é gestão democrática? O que é auto-organização? Trazemos alguns conceitos que podem nos ajudar a compreender essas questões e a entender a importância delas no âmbito escolar. Segundo Lück:

A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. (LÜCK, 2009, p. 23)

Para Libâneo (2007, p. 318) gestão “[...] é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”. A gestão, então, é a organização de todo o espaço educativo, desde a organização dos docentes, equipe de limpeza, equipe de alimentação e até a equipe de secretaria, desta forma, a gestão das escolas não pode dar-se separado do processo pedagógico e afetivo desenvolvido com os estudantes.

As relações de trocas de saberes, de respeito mútuo e de valorização de todo o pessoal envolvido na instituição escolar, criam, nas crianças, nas pessoas, na escola como um todo, o sentimento de pertencimento e com isso a valorização desse espaço. Nas crianças, o desejo de valorizar o espaço escolar, cria nelas o desejo de aprender e de estar sempre em busca do conhecimento.

Acreditamos que uma boa gestão escolar é aquela que organiza a escola junto com todos os envolvidos na instituição, que compartilha os processos de gestão, que acredita que todas as pessoas da comunidade escolar – professores, alunos, pais e demais funcionários – são importantes e devem ajudar a construir a escola. Essa concepção é chamada de gestão democrática. Para Lück:

Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. (LÜCK, 2009, p. 71)

Logo, a gestão democrática é muito mais do que chamar os alunos e os pais ou responsáveis apenas para ajudar a vender rifas, ajudar nas festas, isso é importante, mas não significa o pleno exercício de uma gestão democrática. A gestão democrática significa criar instrumentos de participação ativa e eficiente, e principalmente dar espaço para a autonomia. Nas escolas, os instrumentos de participação são as Associações de Pais e Professores (APPs), os Grêmios Estudantis e a eleição da equipe diretiva da escola.

A APP geralmente é um instrumento de participação dos pais ou responsáveis e dos professores na vida da instituição de ensino, tem por objetivo discutir, pensar e elaborar proposições no que diz respeito a escola, geralmente, essas pessoas são eleitas. Já o Grêmio Estudantil é o órgão de máxima representação dos estudantes, é por meio do grêmio que os alunos podem se organizar e cobrar ações, proposições sobre o que diz respeito ao ensino da escola, ao espaço físico, aos professores, enfim. E a eleição da equipe diretiva da escola é o espaço de participação direta de todas as pessoas envolvidas na instituição de ensino.

Spósito (2001, p. 51), diz que “A prática democrática não se resume na indicação de representantes que imediatamente se desligam de seus representados”. Por isso, da importância que essas pessoas, que fazem parte desses órgãos de representação, de proposição, precisam assumir com compromisso e responsabilidade as suas funções dentro dessas instâncias democráticas e principalmente manter o diálogo continuamente com as pessoas representadas.

Paro, traz para o debate uma questão importantíssima sobre a temática da participação da comunidade na escola, que:

[...] refere-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar. Não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação. (PARO, 2017, p. 15 – 16)

Ainda, o autor ressalta que essas condições materiais se constituem, por exemplo, em políticas que garantam a isenção de horas de trabalho nas empresas. Acreditamos que isso é fundamental, mas também que é importante, enquanto escola que acredita numa efetiva participação da comunidade, ter claro, que nem todas as pessoas tem consciência da importância de participar desses espaços. Com isso, por vezes, nem sempre esses meios institucionalizados de participação, se constituem, de fato, como instâncias de participação ativa da comunidade.

Pensamos que muitas vezes, é preciso que a escola crie espaços além desses já institucionalizados, é preciso a escola ir ao encontro da comunidade, é necessário criar espaços de participação ativa e à medida que as pessoas passem a entender a importância de participar ativamente, a escola incentive a autonomia da comunidade.

Libâneo (2007, p. 324), apresenta e distingue a existência de “quatro concepções de gestão: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa”. Nos atemos, apenas a autogestionária e a democrático-participativa. A concepção de gestão democrática, estudada nos parágrafos anteriores é muito parecida com a concepção de gestão democrática-participativa, no entanto, também julgamos relevante trazer este conceito. Por gestão democrática-participativa, Libâneo escreve que:

A concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (LIBÂNEO, 2007, p. 325)

Por concepção autogestionária, Libâneo entende:

A concepção autogestionária baseia-se na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição. Tende a recusar o exercício de autoridade e as formas mais sistematizadas de organização e gestão. Na organização escolar, em contraposição aos elementos instituídos (normas, regulamentos, procedimentos já definidos), valoriza especialmente os elementos instituintes (capacidade do grupo de criar, instituir, suas próprias normas e procedimentos). (LIBÂNEO, 2007, p. 325)

De início, nos parece que estas concepções de gestão não podem acontecer num mesmo espaço, uma vez que a gestão democrática-participativa se organiza em grupos de discussão, de organização, de deliberações e apresenta diferentes níveis de participação e a concepção autogestionária se parece mais com a concepção anarquista, que nega as direções e as formas mais sistemáticas de organização.

Deste modo, em partes, acreditamos e defendemos que assim como Martins (2004, p. 37), que é contrário a esta diferenciação que Libâneo (2007) faz de concepção autogestionária e de concepção democrático-participativa, porque, para ele, a terminologia democrático-participativa implica dizer que é possível existir democracia sem participação e que não é possível haver auto-gestão numa gestão democrática. Quanto a questão da auto-gestão concordamos com Martins (2004), quanto a terminologia democrático-participativa entendemos e de uma certa forma concordamos, mas, esclarecemos que continuaremos fazendo uso desta terminologia, porque acreditamos que em tempos de negacionismo, de obscurantismo e de instabilidade democrática é preciso reafirmar que só existe democracia com a participação popular.

A exemplo de que a auto-gestão e a gestão democrática-participativa podem dar-se num mesmo espaço, na organização dos Assentamentos e das Escolas do MST a gestão democrática se apresenta a partir de pequenos grupos que discutem e deliberam sobre as mais variadas questões, feita a discussão no pequeno grupo, passe-se a instância maior de deliberação: as assembleias, aqui encontramos um processo de gestão democrática. A auto-gestão, encontramos, por exemplo, quando as pessoas assumem as suas responsabilidades sem necessitar que alguém esteja o tempo todo mandando o que deve ou não ser feito. Também, quando valoriza o saber e as proposições de todas as pessoas que fazem parte do grupo.

Consideramos pertinente trazer o que a Constituição Federal de 1988 diz sobre a obrigatoriedade do Estado em promover e incentivar a educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Portanto, concordamos com Martins na defesa de que:

[...] cabe ao Estado a responsabilidade pela manutenção da escola pública em sua totalidade (acesso, permanência, qualidade), e cabe à comunidade escolar sua gestão. Isso quer dizer [...], que a escola não é (ao menos não deveria ser) um aparelho do Estado, mas sim um aparelho público. (MARTINS, 2004, p. 38)

Para nós, este é um ponto central na discussão acerca de quem é ou de quem deveria ser a gestão da escola – e de todos os espaços públicos –, é preciso que assim como defende Martins (2004) ocupemos a escola, é preciso que tomemos consciência de que aquilo que é público é nosso, e sendo nosso é do povo. E isso, não significa tirar a obrigatoriedade do Estado em

manter e promover a educação para todos, significa, apenas, que a obrigatoriedade de manter e promover deve ser do Estado e que a Gestão deve ser popular.

Acreditamos, então, na plena autonomia das instituições de ensino. Sobre isso, Paro (2017, p. 13), coloca que “[...] conferir autonomia à escola deve consistir em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados com os interesses das camadas trabalhadoras”.

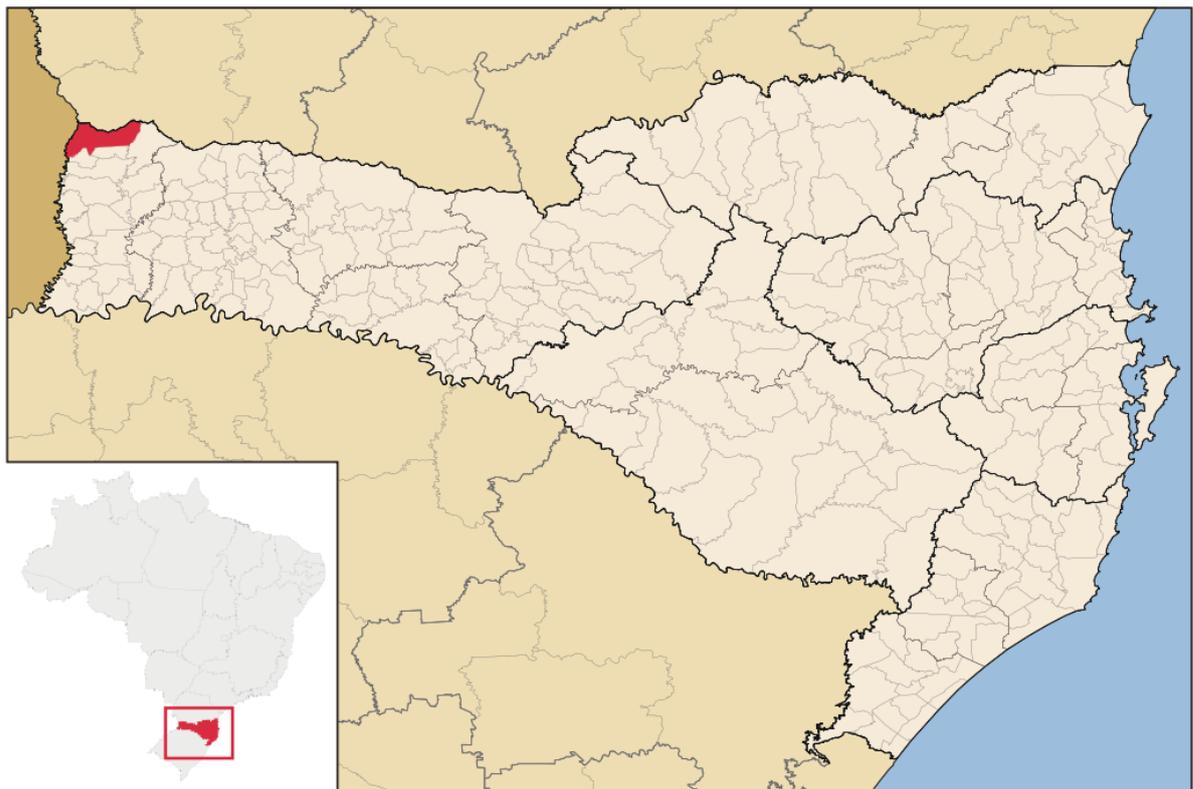
Feita essas considerações, acreditamos que as concepções apresentadas são as mais adequadas a gestão das escolas, pois, são nessas propostas, onde as decisões ocorrem de forma coletiva, onde pais ou responsáveis, professores, alunos e comunidade escolar pensam e discutem entre todos qual a melhor opção pedagógica, filosófica, metodológica e política que a escola assumirá. Também, é neste espaço que podemos construir o aprendizado para o exercício da cidadania e da autonomia, onde a liberdade/autonomia esteja intimamente ligada aos direitos e ao mesmo tempo aos deveres e responsabilidades dos indivíduos que fazem parte deste espaço, aqui encontramos a verdadeira democracia.

Trouxemos neste capítulo a discussão sobre gestão, gestão democrática, gestão democrática-participativa e sobre auto-gestão. Apresentamos a importância desses modelos de gestão numa sociedade democrática e também, a importância de se criar e de se defender instâncias deliberativas, propositivas, organizativas dentro de um espaço da sociedade, aqui, a escola. No próximo capítulo adentramos ao campo de pesquisa: o Assentamento Conquista na Fronteira. Trazemos aspectos históricos do Assentamento, dando destaque a sua organização coletiva.

#### 4 ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

O Assentamento Conquista na Fronteira localiza-se<sup>14</sup> no Município de Dionísio Cerqueira, no Extremo Noroeste Catarinense, faz divisa com os municípios de Palma Sola, Guarujá do Sul e Princesa em Santa Catarina, com Barracão no Paraná e com Bernardo de Irigoyen na Argentina.

Figura 1 – Localização do Município de Dionísio Cerqueira



Fonte: Wikipédia – Município de Dionísio Cerqueira/SC.

Segundo Weber (2018), o Assentamento foi fundado em 24 de junho de 1988, antes disso, o lugar era denominado de Fazenda Tracutinga, essa fazenda foi perdida pelo dono por hipoteca ao Banco do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cumprindo sua função, comprou a terra e a desapropriou para a Reforma Agrária. No entanto, os tramites não foram tão simples como pode parecer, é sempre bom lembrar que a desapropriação de terras, só existe pela pressão popular de pessoas sem terra, e nesse caso, não foi diferente.

<sup>14</sup> Informação retirada do Site do Governo do Estado de Santa Catarina <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/dionisio-cerqueira>. Acesso em: 28 ago. 2021.

De acordo com o Entrevistado 2, uma parte dos assentados no Assentamento Conquista na Fronteira, passaram por três longos anos de acampamentos em outras terras do Estado de Santa Catarina. O primeiro acampamento ocorreu na data de 25 de maio de 1985, em uma fazenda na cidade de Abelardo Luz, ficaram acampadas em torno de 2.000 pessoas neste lugar, esse acampamento durou em torno de um mês, até que sofreram ordem de despejo, depois, foram transferidos numa área provisória na mesma cidade, que teve duração de três meses. Em seguida, passaram um período em Faxinal dos Guedes e não muito tempo depois foram acampados em Itaiópolis, o acampamento com maior tempo de duração. Nesses anos de acampamentos, os acampados passaram por várias dificuldades, como colocado pelo Entrevistado 2:

[...] nós fomos transferido numa área, acho que dá umas duas mil, mais de duas mil pessoas, num, num dois hectare de potreiro né, tudo ali não, não tinha água quase, não tinha lenha, foi terrível né, a gente tinha que tomar banho a mil metro longe de casa, numa, num rio né, mas a gente tinha o objetivo de conquistar a terra e foi guentando, foi guentando. (ENTREVISTADO 2, entrevista realizada 13/08/2021)

Esse relato refere-se ao acampamento em Abelardo Luz, já em Faxinal dos Guedes, para o Entrevistado 2, a área era maior e melhor, os acampados conseguiram até plantar algumas coisas para consumo próprio. É importante dizer que nos acampamentos as pessoas vivem embaixo de lonas pretas, sem eletricidade, água encanada e com muito frio ou calor, dependendo da época do ano.

Conforme o Entrevistado 2, nos primeiros anos de assentamento, os assentados também passaram por muitas dificuldades, precisando, inclusive, buscar alimentos na casa dos pais para conseguirem sobreviver, até encontrarem meios de se sustentarem e conseguirem comprar insumos para iniciar as plantações para a subsistência. Foi no acampamento em Faxinal dos Guedes que as famílias começaram a ser assentadas, no entanto:

[...] era tudo assentamento pequeno na verdade o que, que eles queriam? Eles queriam era quebrar com a organização do Movimento né, que é o povo queria ser assentado em grande quantidade, né, pra facilita e tal, daí eles assentavam sete e oito aqui, dez doze lá e assim ia. (ENTREVISTADO 2, entrevista realizada em 13/08/2021)

Acreditamos que a partir desta fala podemos perceber que a organização popular e a união de forças incomodam o governo e as classes mais altas da sociedade, um povo organizado tem voz. Também, que as pessoas do Movimento vão criando vínculos com a organização, com o Movimento e principalmente entre si, com a luta coletiva. Ainda, para o Entrevistado 2, os assentados do Movimento no Assentamento Conquista na Fronteira, foram os últimos a serem

assentados, pois primeiro se assentou as famílias com mais filhos e mais velhos; as famílias que queriam trabalhar de forma individual e porque os assentados no Assentamento Conquista na Fronteira queriam voltar para o Oeste do Estado e serem assentados todos juntos. Em consonância com o mesmo entrevistado, durante os três anos de convivência nos acampamentos, estes jovens, se reuniam, conversavam e sonhavam com o modelo, o projeto de Assentamento que queriam:

Então ali é que surgiu, daquela, daquele grupo de jovem é que surgiu, começamos a se discutir a forma de trabalho, aí se fazia, se nós trabalhasse mutirão, o que, que se fazia e tal e aí até que surgiu a ideia de nós, se nós fosse todo mundo assentado num lugar só, nós ia trabalha coletivo que achavam que era a melhor saída e na verdade era assim, o coletivo de começo pra muita gente era um bicho, né, porque ele também nunca vi, tinha falado de trabalhar coletivo, né, como a gente também trabalhava com pouca terra, tudo colono vizinho, era tudo particular, tudo individual, coisa, então a gente, o coletivo era uma coisa assim fora do comum. (ENTREVISTADO 2, entrevista realizada em 13/08/2021)

Ainda, em conformidade com o Entrevistado 2, quando conheceram o Assentamento, a proposta de se trabalhar no coletivo foi reforçada por conta da área territorial do Assentamento, onde uma parte é de planícies e a outra por desníveis. Com isso, os assentados entraram em um acordo com o INCRA de que o assentamento seria coletivo, ou seja, não seria feita divisão de terrenos, todos teriam suas casas, espaços, mas a produção seria feita de forma coletiva. Dado que a área do Assentamento foi comprada pelo INCRA e seria desapropriada para reforma agrária, como os acampados do Movimento descobriram essas negociações, a Prefeitura de Dionísio Cerqueira, também descobriu e ali houve alguns entraves:

[...] então o município queria assentar a família do município também, memo sem te conversa nenhuma, nem conhecer movimento, nem que forma que ia ser assentada e que forma ia ser trabalhada, nada, mas eles bancaram, tive então de sessenta família, trinta e cinco era do movimento e vinte e cinco tinha que ser do município, né. (ENTREVISTADO 2, entrevista realizada em 13/08/2021)

Então, como descrito ali, a área do Assentamento comporta 60 famílias, o MST queria que essas famílias fossem todas do Movimento, de pessoas que já vieram da experiência de acampamentos, no entanto, o acordo que conseguiram chegar, foi de assentar 35 famílias do Movimento e 25 famílias do Município. Na fala anterior, podemos perceber que isso gerou um certo desconforto pelos assentados do Movimento, o que configurou uma certa separação da área do Assentamento:

[...] então cê chega na conclusão de fazer dois grupos, o grupo do sem-terra e o grupo do município porque era duas realidades totalmente diferente ah o pessoal do do

movimento sem-terra já tinha uma caminhada de três anos e um mês com o pessoal do município de Dionísio nem se conhecia entre eles então era totalmente diferente. (ENTREVISTADO 1, entrevista realizada em 12/08/2021)

O Entrevistado 1, aponta, que essa divisão realmente existiu, a área do assentamento foi dividida mais ou menos pela metade, os assentados do Movimento tinham suas casas e sua produção em um lado e os assentados do Município do outro lado. Porém, quando optaram por fazer esta divisão, também foi acordado que um dia, essa divisão não iria mais existir, e todos iriam trabalhar e viver no coletivo, tanto os assentados do Movimento, quanto os assentados do Município.

Ainda, conforme o Entrevistado 1, no ano de 1990 foi criada, pelo grupo do Movimento, a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda (COOPERUNIÃO), já no ano seguinte, em 1991, houve a unificação dos grupos de assentados, essa unificação foi ocorrendo em partes, primeiro se unificou a apicultura, depois o gado de corte e assim foi, até a unificação total em 1994. Essa união não se deu do dia para a noite, ela foi fruto de longas formações e conversas entre os assentados do Movimento e do Município.

Segundo o relato do Entrevistado 1, em torno de quatro anos, os assentados plantaram somente para a subsistência, ou seja, para a alimentação própria. Essa foi uma decisão tomada logo no início do assentamento, onde os assentados do MST fizeram um planejamento, e acordaram que primeiro se plantaria somente para a subsistência, depois para a comercialização e posteriormente a industrialização. Outra questão relacionada com a produção, foi que os assentados, cansados de cultivar diferentes produtos e não terem retorno, resolveram chamar técnicos da Cooperativa Nacional da Reforma Agrária para fazer um estudo de quais seriam os alimentos que estariam em alta por um determinado período:

Daí também foi vários, a primeira vez eles vierem aqui os dois técnicos e ficaram um dia por aí, escreverem bastante e foram embora, depois eles voltaram daí foram eu não lembro também mas foi vários dias de discussão também, tipo, de manhã discutia, de manhã trabalhava, de tarde todo mundo pra, pra discussão então. E daí nesse curso, nessa formação, nós definimos cinco setores, que era a produção de frango, de leite, de peixe, erva mate e milho e soja. (ENTREVISTADO 1, entrevista realizada em 12/08/2021)

O Entrevistado 1, explicou que desses cinco setores, os que permanecem, hoje, sendo produzidos e industrializados são o leite, o milho e a soja. A erva mate e os peixes existem, mas não em grande quantidade para industrializar, esses são utilizados somente para consumo próprio e aquilo que sobra é vendido nas feiras da cidade. O frango, até pouco tempo, também era produzido e industrializado no frigorífico do próprio Assentamento, no entanto, precisou

passar por reformas e até hoje não foi reaberto. Assim, a maior renda do assentamento vem da produção do gado leiteiro, que é industrializado na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE), localizada no Município de São Miguel do Oeste.

O<sup>15</sup> trabalho coletivo nem sempre é fácil de se fazer e de se entender, durante todos esses anos de assentamento coletivo, muitas foram as pessoas que não se adaptaram a esse modelo de trabalho, muitos chegaram e resolveram procurar outros lugares para viver, como também, muitas foram as pessoas que chegaram e estão até hoje vivendo no Assentamento Conquista na Fronteira, a exemplo disso, temos o Entrevistado de nº 1 que chegou um ano depois da criação do Assentamento, veio assentado pelo Município e continua no Assentamento e defende o projeto do MST e do Assentamento na sua vida cotidiana até hoje.

É possível perceber, a partir dos relatos dos Entrevistados, que todas as grandes decisões – e até as menores – passaram e passam por longas conversas, discussões e formações coletivas. Os assentados têm a prática de pedir ajuda para pessoas mais experientes, ou pessoas com formação específica quando não conseguem resolver os problemas sozinhos e de realizar entre eles, intensas formações e discussões acerca dos mais variados assuntos que permeiam a vida do Assentamento.

Apresentamos neste capítulo aspectos da história do Assentamento Conquista na Fronteira, como foram os anos de acampamento, como foram as lutas para se chegar ao Assentamento, as negociações feitas com o INCRA e a Prefeitura de Dionísio Cerqueira, a organização dos assentados e um pouco sobre a opção coletiva de se viver e fazer o Assentamento.

No subcapítulo seguinte, buscamos compreender a organização coletiva do Assentamento Conquista na Fronteira, adentramos a organização orgânica do Assentamento e a partir disso percebemos como funciona a gestão democrática no Assentamento.

#### 4.1 ORGANICIDADE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

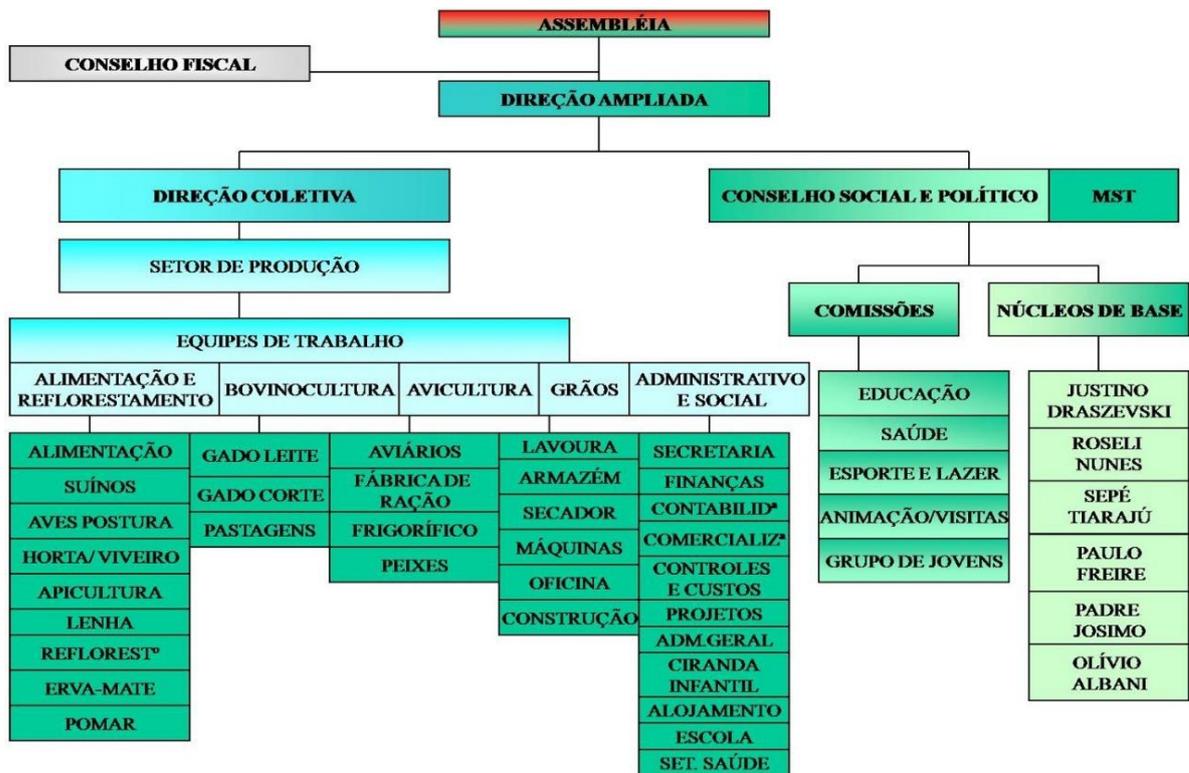
Como já dissemos no capítulo anterior, o Assentamento Conquista na Fronteira se organiza a partir da coletividade, de uma gestão democrática, para entendermos melhor como isso, de fato funciona, nos debruçamos, neste subcapítulo, a entender a organização orgânica do Assentamento.

---

<sup>15</sup> Parágrafo com informações obtidas a partir da observação e conversas informais com os Assentados nos dias 12/08/2021 à 14/08/2021.

Para garantir um espaço democrático e de efetiva participação de todas as pessoas foi criada a COOPERUNIÃO, com isso, os associados elaboraram um Estatuto e um Regimento Interno para a Cooperativa, esses são os documentos que organizam e regem a coletividade no Assentamento. Para o melhor entendimento das instâncias de organização, os assentados construíram um organograma da Estrutura Organizativa do Assentamento e um documento que descreve detalhadamente toda essa Estrutura Orgânica. Dessa forma, para escrever esse subcapítulo, utilizamos informações do Estatuto do Regimento Interno da Cooperativa.

Figura 2 – Estrutura organizativa da COOPERUNIÃO



Fonte: Arquivo pessoal da COOPERUNIÃO

Conforme vemos na imagem acima, a instância máxima de organização e de deliberação do Assentamento são as assembleias. A assembleia é o mecanismo pelo qual todas as pessoas associadas a COOPERUNIÃO têm o direito de voz e de voto:

Normalmente o pessoal pergunta, mas quem manda? Quem manda nessa cooperativa? A nossa instância máxima é a Assembleia, então quem manda é a Assembleia no nosso entender. A nossa assembleia. Tão nós se reunimo hoje em assembleia a cada trinta dias uma vez que nem eu já te falei, nois se reunia toda semana, depois passou pra cada quinze dia e hoje a cada trinta dias a gente se reuni em assembleia então, e na assembleia se diz, ali se decide tudo, se define tudo, tudo passa, todas as decisões, definições passa pela Assembleia, com a participação de todas as pessoas que trabalham. (ENTREVISTADO 1, entrevista realizada em 12/08/2021)

A partir do relato acima é possível perceber o quão importante são as assembleias e sobretudo, a participação ativa e efetiva de todos os associados da cooperativa. Segundo a COOPERUNIÃO (2016), abaixo da assembleia tem-se o Conselho Fiscal, que é responsável por fiscalizar a cooperativa, desde as questões financeiras até ao cumprimento do que é estabelecido no Regimento Interno e no Estatuto da Cooperativa, ele é formado por seis pessoas, três efetivos e três suplentes, essas pessoas são eleitas em assembleia geral a cada dois anos.

A Direção Ampliada<sup>16</sup> possui dez membros, que são dois representantes do Conselho Diretor, dois representantes do Conselho Social e Político, duas pessoas do Setor de Produção, dois liberados e duas pessoas do Setor Administrativo. Essa direção deve pensar estrategicamente a cooperativa e repassar as propostas construídas ao Conselho Diretor e ao Conselho Social e Político, ela não é uma instância de decisão e os membros dessa Direção devem-se reunir em torno de três vezes ao ano.

Depois, tem-se na mesma linha de importância o Conselho Diretor – que é o mesmo que Direção Coletiva – e o Conselho Social e Político. O Conselho Diretor, é responsável por administrar economicamente a cooperativa, esse Conselho é composto por cinco pessoas, também, eleitas em assembleia geral a cada três anos. Desta forma, esse conselho tem por função:

- a) Administrar coletivamente à cooperativa.
- b) Dar direção juntamente com o Conselho Social e Político, aos rumos da cooperativa.
- c) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, Regimento Interno e demais decisões estabelecidas coletivamente.
- d) Elaborar proposta do planejamento da produção bem como das demais atividades da cooperativa e dar o devido acompanhamento.
- e) Discutir e encaminhar a formação técnica das pessoas nos setores de produção.
- f) Elaborar o planejamento estratégico da cooperativa.
- g) Dar acompanhamento junto ao setor de produção nos encaminhamentos da organização do trabalho e na distribuição da mão de obra.
- h) Fazer um planejamento das atividades e ver formas de manter o povo informado.
- i) Analisar as receitas e despesas como estão para fazer novos investimentos e manter os investimentos existentes.
- j) Fazer um boletim informativo da parte de produção dos setores e a posição financeira a cada 90 dias, bem como a análise de custos.
- k) Movimentação financeira como empréstimos, financiamentos o Conselho Diretor deve fazer uma consulta em assembleia.
- l) O Conselho Diretor fica responsável pelas compras, pelas vendas, movimentações em bancos e encaminhamento de carros e caminhões. (COOPERUNIÃO, 2016, p. 02)

Já o Conselho Social e Político tem por objetivo maior dar o direcionamento social e político da cooperativa. Segundo o Entrevistado 1, o Conselho Diretor e o Conselho Social e Político devem andar juntos, porque não se pode pensar só economicamente ou só politicamente, deve-se pensar em trabalhar, mas também nas formações, cursos, na política em

---

<sup>16</sup> Dados retirados do Documento “Estrutura Orgânica Assentamento Conquista na Fronteira – COOPERUNIÃO”.

si. Esse Conselho é composto por seis associados<sup>17</sup>, eleitos em assembleia geral a cada três anos, essas pessoas, devem fazer vínculo<sup>18</sup> com as comissões, com a Coordenação Regional do MST, e com o Conselho Diretor, no entanto, há um requisito especial para se fazer parte desse Conselho, que é demonstrar, na prática cotidiana, um maior entendimento e consciência política. Cabe, então, a esse Conselho, as funções de:

- a) Dar direção juntamente com o Conselho Diretor, aos rumos da cooperativa. b) Encaminhar estudos e discussões políticas. 3 c) Contribuir quando necessário nas discussões das comissões e núcleos. d) Definir vagas e sugerir nomes para cursos de formação política e encaminhar integrantes ou associados para encontros, manifestações e etc. e) Manter a organização interna cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, Regimento Interno e demais decisões estabelecidas coletivamente. f) Coordenar Assembleias ordinárias e extraordinárias. g) Sempre quando houver processo de reestruturação dos membros das instâncias fazer formação dos objetivos da cooperativa e das tarefas que cabe a cada instância. h) O Conselho Social Político é responsável para organizar as visitas ou encaminhar equipes conforme o perfil que acompanhe as caravanas, os núcleos ou pessoas que farão as refeições. (COOPERUNIÃO, 2016, p. 02 - 03)

Abaixo, estão organizadas as Comissões, que são instâncias para organizar assuntos que fazem parte da vida das pessoas. Toda a Comissão tem um coordenador e um secretário e todos os assentados devem fazer parte de pelo menos uma Comissão. Hoje, há instituído no Assentamento a Comissão de Saúde, a Comissão de Educação, a Comissão de Esporte e Lazer, a Comissão de Animação e o Grupo de Jovens. Cada Comissão tem uma função bem específica. Por exemplo, é função da Comissão de Saúde:

Orientar na perspectiva de instruir para a prevenção de doenças, estimulando o conhecimento e uso de ervas medicinais; Aperfeiçoar os conhecimentos sobre ervas medicinais e desenvolver práticas de produção de medicamentos alternativos, bem como manter o horto medicinal; Encaminhar a luta política pela saúde cobrando dos órgãos responsáveis nossos direitos relacionados à saúde; Desenvolver periodicamente (conforme calendário estabelecido no planejamento anual) campanhas básicas junto às famílias, ciranda infantil e na escola, sobre higienização e saúde, bem como trabalhar o horto medicinal; Prestar atendimento quando for necessário e encaminhar os casos que exijam atendimento médico; Acompanhamento em casos graves e quando houver necessidade baseada numa definição política, entre a comissão de saúde e conselho social e política. (COOPERUNIÃO, 2016, p. 03 - 04)

A Comissão de Saúde tem um espaço próprio no Assentamento, que é o Setor de Saúde, nesse espaço é produzido e armazenado os medicamentos que são feitos a partir de ervas

---

<sup>17</sup> Sete associados de acordo com o Documento “Estrutura Orgânica Assentamento Conquista na Fronteira – COOPERUNIÃO”.

<sup>18</sup> De acordo com o Documento “Estrutura Orgânica Assentamento Conquista na Fronteira – COOPERUNIÃO” esse Conselho também deve fazer vínculo com o Setor de Produção do Assentamento.

medicinais, é onde há os atendimentos mais básicos de saúde e atendimento médico quando o médico do Município atende no Assentamento.

Figura 3 – Fachada do Setor de Saúde



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Figura 4 – Horto Medicinal



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Figura 5 – Homeopantias e Produtos Naturais



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

A Comissão de Esporte e Lazer, de modo geral, é responsável por organizar momentos de lazer e promover eventos esportivos. A Comissão de Animação é responsável por todas as questões que envolvem a religião, místicas, momentos culturais, festas e comemorações. Já do Grupo de Jovens participam os jovens da comunidade e estes se reúnem para pensar e discutir questões específicas da juventude do Assentamento.

A Comissão de Educação é responsável por toda a questão educacional das crianças e jovens da cooperativa, essa Comissão acompanha desde a Ciranda Infantil – que são para as mães que trabalham e precisam deixar seus filhos na creche, quem atua na Ciranda são as próprias mães da cooperativa, que se revezam entre o trabalho na Ciranda e o trabalho em outro setor da cooperativa – até os estudantes que estão nas Universidades. Discutiremos de forma mais aprofundada sobre essa Comissão no capítulo seguinte.

Há, também, os Núcleos de Base, que são constituídos por proximidade de casas, existem seis núcleos instituídos, cada núcleo tem um nome, que é uma homenagem a pessoas que o Movimento considera importantes. Cada núcleo tem um coordenador, uma coordenadora e um secretário. A função principal desses Núcleos é de discutir e apresentar propostas para a assembleia e de desenvolver momentos de estudo.

Todas as discussões, antes de se tornarem propostas para serem aprovadas em assembleia passam por esses núcleos. Esta é uma forma, que os Assentados encontraram, para que todas as pessoas da comunidade, possam, de fato, serem ouvidas. A dinâmica de se

trabalhar com pequenos grupos garante uma maior participação de todos os envolvidos no processo.

O Setor de Produção se constitui a partir dos coordenadores das equipes de trabalho e por representantes do Conselho Diretor, e tem por função organizar a mão de obra e realizar junto com os integrantes das equipes de trabalho a execução do plano anual e estratégico da cooperativa. Hoje, o Assentamento conta com quatro equipes de trabalho, que é a equipe da Alimentação e Reflorestamento: responsável por produzir os alimentos dos assentados; cuidar dos suínos, da horta, do viveiro, das aves de postura, da lenha, do pomar, da apicultura, do reflorestamento e da erva mate. Equipe da Bovinocultura: responsável pelo gado de leite, pelo gado de corte e pelas pastagens.

Há, também, a Equipe de grãos: responsável pela lavoura, pelo armazém, pelo secador, pela oficina, maquinário e construções. Equipe do Administrativo e Social: responsável pelas finanças/ contabilidade, comercialização, controles e custos, secretaria, projetos, administrador geral, Ciranda Infantil, Escola, alojamento e pelo Setor de Saúde.

A Equipe de Avicultura está no organograma, mas, não há mais aviário e nem frigorífico. São instâncias que existem, mas, com uma demanda muito menor, o que não necessita de uma equipe apenas para este fim, por isso, essa equipe já não existe mais.

Figura 6 – Horta



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Figura 7 – Viveiro



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Figura 8 – Vacas de leite na ordenha



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Apresentamos neste item, a organicidade do Assentamento, desde os Núcleos de Base, as Equipes de Trabalho, até a Assembleia. Trouxemos a importância de cada instância organizativa, bem como o significado da participação ativa e efetiva de todas as pessoas que compõe o Assentamento Conquista na Fronteira. No próximo capítulo, descrevemos a história

da Escola Construindo o Caminho e trazemos elementos de análise para analisar se esta organização coletiva, reflete ou não na gestão da Escola Construindo o Caminho.

## 5 ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO

Chegamos ao objeto de estudo principal desta pesquisa: a Escola Construindo o Caminho. Neste capítulo, abordamos alguns aspectos relevantes do processo histórico de criação e estruturação da Escola Construindo o Caminho, bem como, analisamos se a organização coletiva/gestão democrática da COOPERUNIÃO<sup>19</sup> influenciou ou não na gestão/organização da escola. Utilizamos como base o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Construindo o Caminho e as entrevistas realizadas com uma das professoras da Escola e com uma ex-aluna da Escola.

Como já mencionado em capítulos anteriores, a educação tem um papel fundamental para o MST, no Assentamento Conquista na Fronteira essa concepção não foi diferente. De acordo com o PPP (2000), em 1989 havia uma demanda de 44 crianças no Assentamento, era consenso entre os pais, que essas crianças precisavam de uma escola, de um espaço formal para estudarem e se desenvolverem. Havia o desejo de uma escola diferente, que para além de ensinar a ler, escrever e resolver problemas matemáticos, pudesse fortalecer os valores do trabalho, da luta coletiva e do amor à terra desenvolvidos pelo Movimento.

Figura 9 – Parte da fachada da Escola Construindo o Caminho



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

---

<sup>19</sup> A COOPERUNIÃO e o Assentamento Conquista na Fronteira são a mesma coisa, por isso, por vezes utilizamos “COOPERUNIÃO” e outras “Assentamento Conquista na Fronteira”.

Para isso, era necessário, uma professora que fosse do Movimento ou que estivesse disposta a aprender e desenvolver estes valores com as crianças. Na época, não havia alguém, no Assentamento, que fosse professor, então, chamou-se professoras de fora do Movimento para assumir este compromisso. Para a admissão desta pessoa, os assentados criaram alguns critérios:

Que estivesse disposta a compreender e trabalhar esta nova proposta de educação; que convivesse com as famílias assentadas; que participasse dos cursos promovidos pelo setor de educação do MST; que participasse das discussões do assentamento como um todo; e que fosse simpatizante do MST. (PPP, 2000, p. 17)

Com base no PPP (2000), duas professoras aceitaram o desafio lançado pelo Assentamento, no entanto, como nenhuma delas tinha o conhecimento da proposta do MST, iniciou-se vários encontros de estudo que tinha como base os escritos de Paulo Freire. Esses encontros, essa opção por Paulo Freire vieram das contribuições do Setor de Educação do MST, – já descrito em capítulos anteriores – a proposta desenvolvida por Freire, leva em conta a realidade concreta do aluno, neste caso, um aluno do campo e de um Movimento de luta pela terra.

No início, a proposta utilizada era a partir das palavras geradoras, que eram escolhidas levando em conta as principais atividades desenvolvidas no Assentamento. Essas palavras eram definidas pelas educadoras, no entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que essa proposta não cativava os alunos, pois, nem eles e nem a comunidade participava da escolha dessas palavras (PPP, 2000). A partir dos estudos e do aprofundamento teórico/pedagógico surgiu a ideia de se trabalhar com temas geradores, “que seria uma situação problema, tirada da realidade do Assentamento e que se transforma em assunto para o estudo e o trabalho integrando os conteúdos das várias disciplinas” (PPP, 2000, p. 18). A escolha por esses temas geradores é anual, ou seja, há um tema gerador, a cada ano letivo. Essas propostas de temas geradores são discutidas, em um primeiro momento, nos Núcleos de Base, depois, passa-se pela assembleia para ser aprovado ou não.

De acordo com o PPP (2000), vários impasses foram encontrados no decorrer dessa longa trajetória, entre eles, podemos citar: a dificuldade de entendimento acerca do método de fazer a educação diferente; o conflito entre a forma de educação dos pais e a nova proposta de educação para as crianças do Assentamento; a dificuldade de compreender que nem todos os conteúdos precisam estar envolvidos nos temas geradores; temas geradores que nem sempre despertava o interesse dos alunos; e, por fim, um problema, que na realidade é um ponto positivo

para a comunidade, que é a grande quantidade de bons temas geradores, mas, que é preciso escolher apenas um.

Em consonância com o PPP (2000) no ano de 1991, os assentados encontraram grandes dificuldades com a Secretaria Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira, – instituição responsável pela Escola – que queria definir quem seriam os educadores que deveriam trabalhar na escola, quais os conteúdos seriam trabalhados e qual o método a ser utilizado. No entanto, os assentados se mobilizaram e defenderam seus interesses. A Secretaria, percebendo a resistência e a convicção dos assentados fizeram várias ameaças a escola: anular o ano letivo; não aceitar o nome da escola; proibir o uso das simbologias do MST; não contratar os educadores escolhidos pela comunidade; não aceitar o método dos temas geradores, enfim, vários pontos.

Ainda, conforme o PPP (2000), naquele ano, a COOPERUNIÃO se responsabilizou pelo pagamento do salário das professoras, bem como buscaram mais formação e mais qualificação para as educadoras, as mesmas, prestaram concurso público municipal e conseguiram o cargo de professoras efetivas na escola, mas, isso não foi o bastante, a Secretaria Municipal fez uma prova com as crianças, para comprovar se de fato, elas estavam aprendendo com o método dos temas geradores, e, talvez, para o descontentamento da Secretaria Municipal, os alunos foram muito bem nos testes.

Em concordância com o PPP (2000), em 1997, com a nova administração municipal, a relação da escola com a Secretaria de Educação se aproximou, houve o interesse do órgão central da educação do município de conhecer as experiências educativas desenvolvidas na Escola Construindo o Caminho. No ano de 1998, foi proposto a nucleação da escola, que nada mais era do que a junção de escolas pequenas, sem respeitar a realidade de cada uma delas. Com isso, a comunidade não aceitou a proposta por conta de que: consideravam que na escola havia educandos suficientes para fazer um trabalho de qualidade; porque queriam manter a escola do campo, no Assentamento; porque queriam educadores com formação do MST; e também porque as crianças de outras comunidades teriam dificuldades em se adaptar à realidade do Assentamento. Com esses argumentos apresentados, a Secretaria Municipal atendeu e compreendeu os anseios da comunidade e a escola se manteve, não sendo nucleada.

Já em julho de 2018, a Escola recebeu outra ameaça<sup>20</sup>, desta vez, de fechamento. O argumento da Prefeitura era o de corte de gastos, no entanto, esta tentativa, ocorreu no meio do ano letivo, onde já havia orçamento definido e aprovado para aquele ano. Mais uma vez, a

---

<sup>20</sup> Para saber mais, acesse: <https://mst.org.br/2018/07/28/comunidade-luta-contr-o-fechamento-da-escola-construindo-caminho-em-santa-catarina/>.

comunidade se mobilizou, juntamente com associações, sindicatos, universidades, parlamentares para defender o direito das crianças de estudarem perto de suas residências. A luta foi intensa e difícil, mas, mais uma vez, a união popular venceu<sup>21</sup> esta ameaça. É interessante trazer, o que diz a Entrevistada de 3, sobre a questão do direito da criança:

[...] enquanto tiver um aluno ele tem direito, o direito não é, é tem que ter um grupo de pessoas pra ter esse direito, no nosso entender. Então a gente sempre vai lutar pela escola e a gente como comissão de educação a gente tem isso muito, muito forte da gente luta pela escola, luta pelo direito da criança, luta por uma vida mais digna da criança [...]. [...] e a gente tem esse entendimento que tem pouco aluno, mas a gente tem o entendimento também que os direitos, é, não têm necessidade de ter um grupo de, de criança pra ter direito, uma criança já tem o direito, né?! (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

A comunidade escolar, por conta dessas inúmeras ameaças sofridas ao longo dos anos, fez vários acordos<sup>22</sup> para que a Escola Construindo o Caminho continuasse funcionando: por um tempo pagou o salário das professoras; agora, paga o salário das serventes que trabalham na escola; aceitou que outras crianças, de outras comunidades viessem estudar na escola; a questão dos valores defendidos pelo MST é trabalhado somente com as crianças do Assentamento e de uma forma menos intensa; os livros didáticos passaram a ser não somente fonte de pesquisa, mas, o material base do planejamento da escola.

Apesar de todos esses ataques e pressões que a Escola sofreu e sofre, a comunidade escolar do Assentamento, não abandonou os princípios da importância de se manter uma escola do campo, no campo e no Assentamento, a proposta de uma educação libertadora e emancipadora com a participação da comunidade nos processos educativos e de gestão da Escola.

Apresentamos neste capítulo, aspectos do processo histórico da Escola Construindo o Caminho, destacamos as lutas, os desafios e as conquistas, que apesar de resultarem de duras lutas e nem sempre longas, devem ser comemoradas. No item seguinte, apresentamos as instâncias de participação na Escola Construindo o Caminho.

---

<sup>21</sup> Para entender melhor, acesse: <https://mst.org.br/2018/08/17/familias-barram-o-fechamento-da-escola-construindo-caminho/>.

<sup>22</sup> Informações retiradas da Entrevista 3, realizada em 13/08/2021.

## 5.1 INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO

Para melhor organizar o pensamento e a sistematização deste item, optamos por dividir cada instância de participação que já foi presente ou é presente na Escola Construindo o Caminho em novos subcapítulos. No primeiro momento apresentamos a Cooperativa da Escola Construindo o Caminho e tecemos considerações acerca dessa instância; no segundo momento apresentamos a Comissão de Educação, suas funções e como de fato ela trabalha dentro da escola; no terceiro momento falamos da relação existente entre aluno e escola e família e escola; no quarto e último momento trazemos o debate acerca da organização curricular/planejamento, como se dá essas instâncias dentro da Escola.

### 5.1.1 Cooperativa Construindo o Caminho

De acordo com o PPP (2000) desde o início da Escola, até o ano de 2014 – ano em que a Escola passou a ter crianças de outras comunidades – as crianças e conseqüentemente a Escola organizavam-se a partir de uma Cooperativa. A Cooperativa Construindo o Caminho tinha como componentes as próprias crianças da Escola, essa Cooperativa foi criada com a intenção de que a criança deveria vivenciar e aprender os valores da coletividade e do trabalho, desde crianças, com a intenção de participar da vida da comunidade ainda pequenas.

Figura 10 – Estrutura Organizativa da Cooperativa Construindo o Caminho



Fonte: Elaborado pela autora (2021) com dados do PPP (2000)

Segundo o PPP (2000) a Cooperativa Construindo o Caminho tinha como instância máxima de deliberação as assembleias e organizavam-se a partir de quatro equipes de trabalho: serviços gerais, subsistência, limpeza, pedagogia e comunicação. Cada equipe tinha dois

coordenadores e um secretário, cada aluno era livre para escolher a equipe que gostasse de participar e cada um tinha uma função dentro da sua equipe. Os coordenadores das equipes formavam o conselho deliberativo, que tinha por função organizar a pauta das reuniões e ter claro todo o processo de funcionamento da cooperativa da Escola.

A Cooperativa Construindo o Caminho também criou um Regimento Interno, que na realidade era a descrição do seu funcionamento, as regras da escola e as possíveis penalidades para quem não as cumprisse. Esse Regimento foi discutido pelas crianças juntamente com a comunidade. Quando os educandos não cumpriam com as regras do Regimento, as crianças eram avaliadas pelo conjunto da escola – isso inclui as crianças e os professores – e se fosse necessário pela Comissão de Educação do Assentamento. As penalidades eram: “plantar um pé de flor ou árvores; cantar uma música; fazer um texto; fazer um desenho; declamar uma poesia; organizar o lixo; organizar os brinquedos” (PPP, 2000, p. 21). Essas foram as formas encontradas para que pudessem romper com práticas tradicionais do castigo. A comunidade julga como positivo essas formas de “reprender” o aluno por algo errado, porque, para além de contribuir que o aluno pense e reflita sobre o que fez, ele faz algo de positivo para si, para a escola e para a sociedade como um todo.

Trazendo o conceito de auto-gestão, discutido em capítulo anterior, é possível perceber, a partir do que foi exposto nos parágrafos anteriores, acerca da Cooperativa da Escola, que a auto-gestão estava imbricada a todo o momento no processo pedagógico das crianças. As crianças eram os agentes principais da Cooperativa da Escola, faziam parte das Equipes de Trabalho, do Conselho Deliberativo e das Assembleias. As crianças eram responsáveis pela escola, por pensar em ações, projetos, momentos que elas gostassem de vivenciar na escola e inclusive faziam parte das discussões acerca dos temas geradores e das assembleias dos adultos. Sobre a importância da auto-organização, temos o relato da Entrevistada 4, que foi aluna da Escola na época em que a Cooperativa existia:

[...] a auto-organização dos estudantes é a forma, é o espaço que eles têm pra colocar suas ideias e debater, porque a cooperativa, a comunidade tem o espaço, os professores tem o espaço, e as crianças, elas precisam também ter. Então através da auto-organização que eles tem o espaço deles, a autonomia deles. (ENTREVISTADA 4, entrevista realizada em 14/08/2021)

A autonomia dos estudantes se fazia constantemente presente no dia-a-dia escolar. A organização da Escola enquanto cooperativa, deixou de existir, como já descrito em parágrafos anteriores, desde que ela passou a ter alunos vindos de outras comunidades, em princípio, seria apenas por um tempo, para que as outras crianças pudessem se adaptar, no entanto, foi deixado

de lado. Isso se deu, muito por conta da quantidade de alunos e das concepções de mundo e de sociedade dos pais das crianças vindas de outras comunidades ser diferente (ENTREVISTADA 4, 14/08/2021).

Defendemos que mesmo a escola tendo poucos alunos e estudantes de outras comunidades, é possível voltar a organizar a Escola como uma Cooperativa, talvez, reorganizar as Equipes de Trabalho: excluir umas e incluir outras. Ter um espaço, que garanta a autonomia e a auto-organização dos estudantes é fundamental para a formação de seres críticos, livres e autônomos.

### 5.1.2 Comissão de Educação

A Comissão de Educação, assim como as outras Comissões do Assentamento, que foram apresentadas no capítulo anterior, têm funções bem específicas:

Planejar a educação dentro de uma concepção popular, desde a Ciranda Infantil até a quarta série, considerando a proposta do assentamento, a realidade em que vivemos e a luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade; Acompanhar o andamento da Escola Construindo o Caminho, Ciranda Infantil, Estudantes gerais da cooperativa dando os devidos encaminhamentos; Manter vínculo com o setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; A comissão de educação junto com a equipe de trabalho na qual o aluno faz parte são responsáveis pela elaboração dos pareceres dos estudantes, tem autonomia para desenvolver o método da elaboração; Zelar pelos espaços educativos e recreativos infantis. (COOPERUNIÃO, 2016, p. 04)

Deste modo, podemos dizer que a função da Comissão de Educação, na Escola Construindo o Caminho é exercer a gestão da escola. De acordo com o PPP (2000), faz parte dessa Comissão seis<sup>23</sup> pessoas: as professoras da escola mais as pessoas escolhidas em Assembleia da COOPERUNIÃO. Essa Comissão se reúne para estudar, avaliar, e planejar momentos e ações.

A Comissão de Educação, de acordo com o PPP (2000) se faz presente nas reuniões com os pais, leva as informações e as decisões para os outros setores, substituem as educadoras quando participam de cursos do MST ou quando precisam faltar na Escola. Estão presentes no planejamento geral e na decisão dos temas geradores, bem como na organização da escola como um todo. Também acompanham a visita dos pesquisadores e de outros grupos que visitam a

---

<sup>23</sup> Sete pessoas, de acordo com o Documento “Estrutura Orgânica Assentamento Conquista na Fronteira – COOPERUNIÃO”.

escola, acompanham as crianças em viagens, passeios e feiras. Pensa novos investimentos, tanto materiais de estudo, como pedagógicos, enfim, o todo da escola.

Quando perguntada se a forma de gestão do Assentamento reflete na gestão da Escola, a Entrevistada 4, nos respondeu:

Acredito que reflete sim, a organização do assentamento ela reflete bastante na escola né, tanto é que a forma de gestão da cooperativa e da escola elas são bem parecidas, né, numa escola normal a gente considera que tem um diretor, que tem uma coordenação pedagógica, que tem os professores e tal e na Escola Construindo o Caminho é diferente, né, ela tem só, tem só os professores, as duas professoras que fazem toda essa parte pedagógica e a parte de gestão também, mas que tem a comunidade bem ativa e tem uma comissão de educação que pensa num todo, né, num todo da educação assim, na totalidade, não só da escola, né, mas desde a ciranda infantil que é dos bem pequenininho, né, as crianças bem pequeninhas até a faculdade, até a graduação, então que pensam a educação, as partes pedagógicas, as formações políticas e ideológicas, dentro duma concepção de educação do campo que, que a gente acredite, que a gente pensa e com auto-organização e com princípios educativos, né, na pedagogia do movimento, acredito que interfere sim e que seja uma interferência positiva, né? (ENTREVISTADA 4, entrevista realizada em 14/08/2021)

Acreditamos, que não há, outro exemplo mais emblemático de gestão democrática e participativa do que essa. As pessoas que fazem parte da Comissão de Educação são da Comunidade, são do Assentamento e por vezes, há pais de crianças que estudam na Escola que também fazem parte dessa Comissão. Nem todas as pessoas da Comissão tem estudo na área da pedagogia ou da gestão, mas, fazem parte desse processo, pensam desde as questões de ordem financeira até pedagógicas.

Outra questão importante de destacar é que tudo o que se pensa, se discute, se elabora nesta Comissão é levado para os Núcleos de Base, para lá ser estudado, avaliado, mexido ou tirado novas proposições e depois para a assembleia da COOPERUNIÃO para ser aprovada ou não. Esses Núcleos de Base nada mais são do que a própria Comunidade e os próprios pais das crianças que frequentam a escola.

Então, como já dito anteriormente, a Comissão de Educação é quem faz a gestão da escola, desta forma, a partir das tessituras desenvolvidas acima, é possível afirmar que essa instância de deliberação é democrática, pois congrega os pais e a comunidade como um todo, e além de ter esse espaço, tem, de fato, uma participação ativa e efetiva de todas as pessoas que compõe a escola.

### 5.1.3 Relação família/aluno x escola

Trazemos a discussão sobre a relação entre a família/aluno e escola porque acreditamos que essa questão também tem a ver com a gestão de uma escola. Acreditamos que uma gestão democrática tem no seu fazer pedagógico o diálogo como princípio de todas as relações estabelecidas.

Apesar de a Escola não ter mais a Cooperativa Construindo o Caminho, que seria o lugar de maior protagonismo e de lugar de fala das crianças, ela procura dar espaço as crianças de outras formas:

[...] a gente, a gente desenvolve trabalhos também na escola com eles, por exemplo, a gente quer que eles sejam pessoas críticas, né. Por exemplo, outro dia a gente foi até na horta e foi um aluno que me falou o seguinte: profe ele disse, eu, eu não, nós lá na nossa família nós não concordamos que eles vendem e levem pra feira a melhor cenoura e distribuí pras famílias a cenoura mais ruinzinha. Eu tenho que, nesse momento eu não posso deixar de dar uma resposta pra criança, e eu perguntei assim pra ele: lá na tua casa tua mãe vende queijo, né? – Sim. Ela vai, quando ela vai vender, ela vende o queijo mais bonito ou ela vende, ela segura o queijo mais bonito pra comer? – Não, a mãe vende o queijo mais bonito, ele disse, porque aquele que tá mais tortinho ele é bom igual o outro, e a pessoa que quer comprar que é o mais bonito. Eu disse: então na cooperativa é assim, é uma família também. Então esse aprendizado, é, o que reflete na família a gente traz pra escola também, a gente tem que conversar essas coisas, tem que orientar a criança nesse sentido. Não, a vida da comunidade é a vida da escola, é, a gente não consegue se organizar igual a comunidade se organiza, pela quantidade de criança, mas a gente desenvolve trabalhos sim, que trabalha a consciência da criança, que trabalha a, a questão da auto-organização que ele, ele sai da escola, ele já sabe que quando ele tem doze anos ele vai pra, pro trabalho, ele vai fazer parte de uma equipe, então ele tem que ter esse espírito de, de liderança, esse conhecimento sobre o trabalho, não basta tu ficar passando texto que o trabalho é importante, que o trabalho é isso que o trabalho é aquilo, se tu não desenvolve isso na criança, o amor ao trabalho. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

É possível perceber, a partir do exposto acima, que é proporcionado, no decorrer da aprendizagem da criança a dúvida e a reflexão, para que a partir disso, a criança se desenvolva como um ser crítico e questionador. Quanto a questões que envolvam situações desafiadoras, a Escola também consegue manter o diálogo com as crianças, podemos afirmar isso a partir da fala da Entrevistada 3 que ao ser perguntada como a Escola lida com os/as alunos/alunas que apresentam algum tipo de problema na aprendizagem, nos respondeu:

Por exemplo assim, o aluno erra, toda criança erra igual adulto erra também, enfim, a gente tem que, tem que corrigir né, então a gente não usa palavra castigo, a gente sempre usa cumprir uma tarefa, a criança tem que assumir aquilo que ela errou e a gente tem esse diálogo com a criança, tem esse diálogo com as famílias, a gente não faz reunião de entrega de boletim só por entregar o boletim, mas essa comissão da

educação também faz esse trabalho de tá conversando com os pais sobre o aprendizado das crianças na escola junto com os professores. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

De acordo com os dados levantados na pesquisa percebe-se que o diálogo é permanente. Outro exemplo que podemos citar é que no dia em que entrevistamos a professora da escola, um tempo antes, ela e uma integrante da Comissão de Educação tiveram uma reunião com dois alunos que já são maiores e estudam em outra escola perto da comunidade. Esses alunos não estavam fazendo as tarefas, não estavam apresentando interesse em estudar, então, a Comissão de Educação fez essa conversa para procurar ouvir os alunos, entender o que se passava, tentar mediar a situação e ajuda-los.

O exemplo acima não foi com crianças da Escola Construindo o Caminho, mas, se existe o diálogo com crianças de fora, com as crianças da Escola Construindo o Caminho com certeza acontece e é mais intenso e próximo, isso é afirmado na fala da Entrevistada 4:

[...] é tentado sempre ver a realidade e as necessidades de cada criança, se a criança tem algum problema ou porque que ela não tá aprendendo, mas o que, que o que, que tá interferindo nisso, né. A avaliação da criança ela não tem que ser feita pela nota que ela tira ou pelo trabalho que ela desenvolve, mas pela forma que ela se relaciona com o outro, com a forma que ela consegue se expressar ou não né, eu acho que é um trabalho assim desde pré-escolar, eles têm muito essa parte, né, da afetividade, do carinho um com o outro e aí quando você percebe que alguma criança tem esse problema, geralmente a professora que percebe, porque a pessoa que tá mais perto da criança e aí a partir disso ela vai tentando conversar, vai tentando achar os caminhos que, que qual que são o problema, né? [...] e aí quando isso acontece geralmente a professora tenta organizar da melhor forma possível e se não é possível né, eu acho que daí tem a comissão de educação né, que, que pode tentar ajudar a conversar, chamam as famílias, conversam com as famílias e aí tem né, outra parte também, que é do todo da cooperativa que é o conselho social e político que é também contribui com isso (ENTREVISTADA 4, entrevista realizada em 14/08/2021)

Como colocado na fala anterior, o primeiro passo ocorre com a mediação da professora com a criança, depois, se não se conseguir resolver ali, a Comissão de Educação passa a auxiliar neste processo também, depois o Conselho Social e Político e a comunidade como um todo:

[...] o diálogo com as famílias é permanente e assim, também, a comunidade fica sabendo, tem que saber, de todo o procedimento, do que acontece na vida da escola, o que acontece com uma criança, a criança que tem problema não é problema do professor só, é problema da comissão de educação e da comunidade também que dá acompanhamento. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

Acreditamos que a fala anterior fecha essa discussão da melhor forma, o diálogo na Escola Construindo o Caminho se faz entre toda a comunidade escolar: estudantes, professores, Comissão de Educação, pais ou responsáveis e comunidade.



No entanto, infelizmente, os temas geradores estiveram presentes somente até o ano de 2019, porque, novamente, a Escola Construindo o Caminho foi alvo de novos ataques, agora, no jeito e na proposta de se trabalhar com as crianças:

Devido a questão da agora a gente também tem na escola o Aprende Brasil, né, o livro do Positivo que a gente nunca seguia livro didático e agora tá tendo uma transformação ali que a gente tá até meio se perdendo, de ter que trabalhar com o livro e a gente é obrigado, obrigado entre aspas, por exemplo assim, eu como professora digamos do primeiro ano, tá ali o livro, vem ali o que eu tenho que trabalhar, eu tenho que dar conta dos conteúdos do livro, então eu consigo porque eu tenho uma certa experiência, não é que eu quero aqui me autoestima, eu consigo pegar o livro que vem da, desse Aprende Brasil e mesmo assim trabalhar algumas, algumas questões da comunidade com esses conteúdos, né, mas a, enquanto professor municipal a gente tem que seguir o livro do Aprende Brasil agora. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

A partir da fala da professora, é possível perceber que ela ainda consegue, de alguma maneira, encontrar caminhos de se trabalhar a partir da realidade do aluno e de forma interdisciplinar, no entanto, a proposta dos temas geradores na sua integralidade fica comprometida. A professora ainda completa:

Mas, é, eu acho que é um autocontrole, é o jeito de controlar os professores, porque junto com o livro já vem a, a Provinha também. Aí que, que tá acontecendo? É, a nossa escola que tinha todo o trabalho com tema gerador a gente não dá conta de trabalhar isso e o tema gerador. É, por exemplo, a Provinha, é, eu aplico pros meus alunos, mas não assim como, é essa avaliação. Então tem todo um, um processo de avaliação da criança né, mas lá pra, pra Secretaria de Educação eu tenho que enviar a nota da prova, eu tenho que dar conta de trabalhar esse livro também. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

Acreditamos que como colocado pela professora, é a forma que a Secretaria de Educação encontrou para controlar o que os professores estão fazendo nas salas de aula. Nos parece muito mais uma preocupação com o professor do que se de fato as crianças estão aprendendo. É preciso pensar o que se pretende quando se retira uma educação que parte da realidade do aluno, de propostas interdisciplinares e se coloca livros didáticos, que não levam em conta a realidade e aqui, uma realidade de crianças do campo, que é muito diferente de crianças da cidade, por exemplo; ou quando se aplicam provas já prontas para testar algo que nem quem propôs sabe o que é de fato. Esse controle é tão real e intenso que:

os conteúdos que tem aqui eu tenho que registrar todo dia, eu já falei a nossa internet é fraca, pra ver se eles vem melhorar, daí eu tenho que, eu entro na sala de aula, eu já faço a chamada, eles lá já a pessoa responsável já tá olhando lá, o aluno cada um tem uma senha, o pai acompanha em casa, eles acompanham lá, enfim, e eu não preciso mais ter o meu planejamento no caderno, porque o dia deu planejar eu já vou, vou planejar conforme tá aqui, lá já vai aparecer os conteúdos, até já tem lá nessas

plataformas, lá tem por exemplo, se eu olhar o meu livro lá, já tem lá, professora tal olhou tanto por cento do livro, professora tal leu tanto por cento da biblioteca da, do Aprende Brasil, eles já acompanham, é de chorar menina, eu pra mim é o fim da educação isso aí. (ENTREVISTADA 3, entrevista realizada em 13/08/2021)

Qual é a intenção desse controle todo? Por que a Secretaria de Educação quer saber quanto a professora leu ou não do material? Por que o planejamento ser online e no mesmo momento a Secretaria de Educação já ter acesso a ele? A quem interessa esse controle absurdo na Escola e no Planejamento das professoras? Onde fica a preocupação pelo aprendizado real e significativo das crianças? Há interesse que as crianças realmente aprendam? Há interesse por parte da Secretaria de Educação que as crianças aprendem a partir de suas realidades e com isso construam meios para a emancipação? Com livros didáticos, com o controle absurdo na professora, com provas prontas será que há mesmo a intenção de uma educação transformadora, libertadora e emancipadora?

É possível inferir, que a Escola Construindo o Caminho já teve, de forma integral reflexos da gestão democrática do Assentamento Conquista na Fronteira, no entanto, ao longo dos anos, por conta das inúmeras ameaças que apresentamos nesse capítulo ela veio perdendo a sua autonomia, e com isso, a gestão da escola não consegue mais ter reflexos da gestão do Assentamento de forma integral, restando-lhes, apenas alguns indícios de gestão democrática, como o trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação; a participação dos pais e da comunidade na escola; o trabalho pedagógico e a participação dos alunos, todos esses, com muitas dificuldades para se manterem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo dessa pesquisa, procuramos compreender a luta pela terra e o surgimento do MST, apontamos a concentração de terras/propriedade privada como um dos principais fatores da desigualdade social e o MST como principal Movimento Social Brasileiro na luta pela terra, bem como a importância da educação para esse mesmo Movimento. Trouxemos, também, conceitos de gestão, gestão democrática, gestão democrática/participativa e de auto-gestão, compreendemos a importância de espaços democráticos e da participação ativa das pessoas nesses processos de gestão.

No segundo capítulo trouxemos a história do Assentamento Conquista na Fronteira, como também a organização coletiva e democrática e com isso reafirmamos a importância desse Assentamento coletivo num país capitalista. No terceiro e último capítulo apresentamos a história da Escola Construindo o Caminho, as instâncias democráticas que já existiram e as que ainda existem na Escola.

A Escola Construindo o Caminho, apesar de todos os ataques sofridos ao longo dos anos, seja na forma de organizar a escola, no trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos e na Escola como um todo, consegue manter, hoje, como instâncias democráticas, com muitas dificuldades, a Comissão de Educação; a participação dos pais e da comunidade; espaços em que permite ao aluno a dúvida e a reflexão; e algumas interlocuções com a vida da criança e a organização do aprendizado de forma interdisciplinar. Trazemos esses dois últimos pontos como instâncias democráticas porque compreendemos que democracia se faz, também, na relação estabelecida com o aluno e na forma de organizar o currículo e o planejamento das escolas.

A Escola Construindo o Caminho, ao longo da sua trajetória teve momentos prósperos e felizes no que diz respeito a um espaço democrático. A forma de organização democrática do Assentamento Conquista na Fronteira refletiu na sua integralidade na Escola Construindo o Caminho por muitos anos. Hoje, a organização do Assentamento de forma integral, não reflete mais na Escola Construindo o Caminho, no entanto, isso não significa dizer que não há instâncias democráticas, apenas que a forma de organização da Escola não é a mesma que a do Assentamento.

O MST, o Assentamento Conquista na Fronteira e a Escola Construindo o Caminho são sinais de resistência a esses modelos que segregam, que excluem, que não tem a intenção de fazer com que as pessoas se tornem pensantes, críticas, livres e emancipadas. Temos convicção,

a partir dos relatos e de tudo o que desenvolvemos nesse trabalho, que uma educação que emancipa, que transforma e que liberta, uma escola democrática, com a efetiva participação dos pais, dos alunos e da comunidade não serve ao capitalismo, e é por isso que a Escola Construindo o Caminho vem sendo atacada desde o seu princípio.

Queremos reiterar, que apesar de tudo o que a Escola Construindo o Caminho sofreu e sofre, ela, ainda é, um modelo de escola revolucionária, que tenta fazer a gestão democrática e com uma ativa participação de todos os envolvidos.

Defendemos escolas e espaços democráticos porque acreditamos que é o melhor caminho na construção de uma sociedade e de um país realmente democrático, a democracia só se faz com a efetiva participação popular.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. 346 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BRASIL. Constituição (1964). Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em: 02 maio. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 02 maio. 2021.
- CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- COOPERUNIÃO. **Regimento Interno da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste**. Assentamento Conquista na Fronteira, Dionísio Cerqueira/SC, 01 set. 2016.
- ESCOLA CONSTRUINDO O CAMINHO. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Dionísio Cerqueira. 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL. **Revista Nera**, [S.L.], n. 1, p. 02-44, 29 maio 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008. 201 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- GUTERRES, José Augusto; CROCETTI, Priscila Soares. A propriedade da terra e a questão agrária brasileira. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. Curitiba. v. 43, p. 01-17, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7018>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 2. p. 315-351.
- LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 144 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 282 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ss51sn>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**. Porto Alegre: Est, 2004. 119 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. MARX E A PROPRIEDADE. **Revista Ideação**, [S.L.], v. 1, n. 39, p. 178-184, 29 set. 2019. Universidade Estadual de Feira de Santana. <http://dx.doi.org/10.13102/ideac.v1i39.4571>. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4571>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (org.). **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 133 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000. 63 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 274 p. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cient%C3%ADfico\\_-\\_1%C2%AA\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Antonio\\_Joaquim\\_Severino\\_-\\_2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST (Brasil). **Princípios da educação no MST**. 2. ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1997. 33 p.

SILVA, Alessandra Almeida e; TEIXEIRA, David Romão. A proposta educacional do MST e a construção da educação do campo. **Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Salvador, v. 2, n. 6, p. 13-28, dez. 2012. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/186?download=198>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001. Cap. 3. p. 45-56.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 168 p. Disponível em: <https://mst.org.br/download/brava-gente-a-trajetoria-do-mst-e-a-luta-pela-terra-no-brasil/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

WEBER, Mathias Cristofp. **A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA, EM DIONISIO CERQUEIRA-SC: AS RAZÕES PARA SUA MIGRAÇÃO**. 2018. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2261>. Acesso em: 20 ago. 2021.

WIKIPÉDIA. Mapa do município de Dionísio Cerqueira. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dion%C3%ADsio\\_Cerqueira#/media/Ficheiro:SantaCatarina\\_Municip\\_DionisioCerqueira.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dion%C3%ADsio_Cerqueira#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_DionisioCerqueira.svg). Acesso em: 29 set. 2021.

## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas**

### **Representantes da Comissão de Animação do Assentamento**

1. Conte-me a história do Assentamento Conquista na Fronteira.
2. Como foi que vocês começaram a pensar nesta organização que o Assentamento se encontra hoje? Como foi aceita a proposta da gestão democrática/organização coletiva pelos assentados?
3. Quais são as instâncias deliberativas do Assentamento? Qual a importância de cada instância de deliberação numa gestão democrática?
4. Há resistências das famílias quanto ao processo coletivo (organização, plantação sociabilidade coletiva) no assentamento?
5. Você acredita que há diferenças entre espaços democráticos e espaços não democráticos, quais diferenças? Qual a importância de uma gestão democrática para você?

### **Professora da Escola**

1. Conte-me a história da Escola Construindo o Caminho.
2. Como se organiza a Comissão de Educação do Assentamento? Há instâncias de deliberação dentro da própria Comissão de Educação?
3. Você percebe diferenças de democracia entre a gestão do Assentamento e a gestão da Escola? Quais?
4. Você acredita que a forma de organização do Assentamento, a gestão democrática/organização coletiva influencia na gestão da Escola Construindo o Caminho? De que forma?
5. Percebe influência nas atitudes das crianças - formação de lideranças -, por exemplo, devido a gestão democrática do assentamento e na organização da escola?
6. Você acredita que há diferenças entre espaços democráticos e espaços não democráticos, quais diferenças? Qual a importância de uma gestão democrática para você?

### **Representante do Conselho Social e Político do Assentamento**

1. O que significa a palavra gestão democrática? Como essa concepção/ essa opção implica na prática cotidiana?

2. Você acredita que a forma de organização do Assentamento, a gestão democrática/ organização coletiva influencia na gestão da Escola Construindo o Caminho? De que forma?
3. Percebe influência nas atitudes das crianças - formação de lideranças -, por exemplo, devido a gestão democrática do assentamento e na organização da escola?
4. Você acredita que há diferenças entre espaços democráticos e espaços não democráticos, quais diferenças? Qual a importância de uma gestão democrática para você?